



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
COLEGIADO DE HISTÓRIA

ÍTILA OLIVEIRA BISPO

**“BRASIL, ONDE FOI CONSTRUÍDA TUA HISTÓRIA?”: O INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA (1838-1889)**

SANTO ANTONIO DE JESUS
2022

ÍTILA OLIVEIRA BISPO

**“BRASIL, ONDE FOI CONSTRUÍDA TUA HISTÓRIA?”: O INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA (1838-1889)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus V, como requisito obrigatório para conclusão do componente curricular TCC IV: Orientação de Pesquisa II.

Professora orientadora: Dra. Angela Cristina Guimarães Santos.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS
2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

B622"

Bispo, Ítala Oliveira

"Brasil, onde foi construída tua história?": o Instituto Histórico e Geográfico em perspectiva (1838-1889) / Ítala Oliveira Bispo. - Santo Antônio de Jesus, 2022.

55 fls.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Angela Cristina Guimarães Santos.

Inclui Referências

TCC (Graduação - História) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas. Campus V. 2022.

1.IHGB. 2.Revista IHGB. 3.historiografia. 4.Brasil Império.

CDD: 981

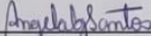
ÍTILA OLIVEIRA BISPO

**“BRASIL, ONDE FOI CONSTRUÍDA TUA HISTÓRIA?”: O INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA (1838-1889)**

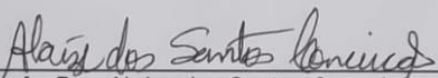
Monografia apresentada como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em História na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas – Campus V.

A Comissão Examinadora abaixo assinada aprova a monografia, apresentada em sessão pública, no dia 12 de dezembro de 2022.

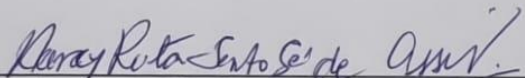
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Angela Cristina G. Santos – Professora Orientadora
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)



Profa. Dra. Alaíze dos Santos Conceição – Convidada
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)



Profa. Dra. Nancy Rita Sento Sé de Assis – Convidada
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Dedico esse trabalho ao meu pai, José Bispo, *in memoriam*; à minha mãe, Rosimeire; ao meu cônjuge, Wagner; à minha amiga Fabiana Lopes; às minhas amigas que a UNEB me trouxe: Ana Caroline, Joelia, Laiany, Poliana; e ao meu querido primo, Lucas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro à Deus, por ter me dado forças para concluir o trabalho de conclusão de curso e a graduação em si. À minha mãe, Rosimeire, por ser uma mulher extremamente forte e ter me criado sozinha, fazendo o melhor de si para me apoiar em todos os momentos, mesmo com o pouco tempo em que conseguia fazer isso.

Agradeço também ao meu marido, Wagner, por todo o apoio dado durante a graduação, principalmente agora no final do curso. O amparo em decisões que nos afetávamos como um todo me ajudaram a ter mais segurança e força.

Minha família, principalmente aos meus primos Lucas e Ana Beatriz. O primeiro por ser a pessoa das ciências exatas, mas com o verdadeiro amor pelas ciências humanas, nossas conversas me ajudaram muito. Minha querida Beatriz, por ter me mostrado, de um modo extremo, que temos que viver o agora e por ser essa pessoa tão inteligente que o mundo ainda vai ouvir falar.

À família que a UNEB me deu: Ana Caroline, que se mostra uma amiga incrível e um exemplo de mulher forte; Poliana, com o seu jeito único de ser, que se faz presente na minha vida, deixando-a mais leve; Joelia, por sua maturidade e por ser minha dupla eterna, lutamos muito juntas; e Laiany, por ser tão compreensiva e companheira, uma pessoa singular, que me tranquilizou em vários momentos durante a escrita do presente trabalho.

À minha orientadora, Angela Cristina Guimarães Santos, primeiro por ter aceitado me orientar, em segundo por ter sido tão compreensiva em todos os momentos, ter tirado todas as minhas dúvidas e sempre ter me mostrado o melhor caminho a ser seguido. Aprendi muito mais do que a técnica acadêmica nessa orientação, mas como é importante ser uma professora que respeita seus alunos. Os ensinamentos que tive nesse percurso foram além da “sala”, foi algo que vou levar durante minha vida. Obrigada por ter se tornado meu exemplo.

Durante essa pesquisa, tive a certeza de que o colegiado está cheio de profissionais incríveis. Aos meus professores, muito obrigado. Precisei ter em mente o que foi me ensinado durante esses cinco anos de curso.

Às professoras que aceitaram fazer minha banca, Dra. Alaíze dos Santos Conceição e Dra. Nancy Rita Sento Sé de Assis, os meus sinceros agradecimentos.

“A História é esse fascinante gênero literário e científico no qual os diferentes tempos se entrelaçam através de discursos e esquecimentos.”

José D' Assunção Barros

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DEFINIÇÕES DE CONCEITOS	12
3	METODOLOGIA	17
4	DAS REGÊNCIAS AO SEGUNDO REINADO	19
4.1	A construção do Imperador D. Pedro II	22
5	A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO PARA O IMPÉRIO	24
5.1	A elite querendo produzir História	28
6	A PRODUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA NO SÉCULO XIX	30
6.1	O início da produção da história nacional	33
7	A REVISTA DO IHGB	38
7.1	História do Brasil e a nação	41
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
	REFERÊNCIAS	51
	FONTES	53

“BRASIL, ONDE FOI CONSTRUÍDA TUA HISTÓRIA?”: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA (1838-1889)

Ítila Oliveira Bispo¹

Resumo: A presente pesquisa investiga a construção da nação partindo do IHGB. O objetivo geral foi analisar o sentimento de nação construído pelo IHGB, para que se pudesse entender a importância do sentimento nacionalista para um país, e do Instituto para a história do Brasil. Os conceitos basilares estiveram alicerçados na concepção de nação, nacionalidade e identidade nacional. Nesse sentido, a investigação assumiu um caráter descritivo e analítico das publicações da revista, entre 1839 e 1889, centrada na análise do conteúdo e do discurso. Assim, quanto à estrutura do trabalho, primeiro foi feita uma discussão sobre o Período Regencial e o início do Império de D. Pedro II, pois é nesse momento que a instituição é fundada e também quando o país dá seus primeiros passos como Estado-nação. Em seguida, apresentamos a importância do IHGB, para entender a dimensão do território e a sua população, e abordamos sobre a elite da época e como ela conseguiu manter uma hierarquia dentro da própria Instituição. A cargo da terceira parte ficou o entendimento da produção historiográfica da Instituição, com a finalidade de escrever o processo de construção da história do Brasil. E, por último, o foco foi discutir sobre as produções acerca da História do Brasil presentes na Revista IHGB, tomando como base a análise do conteúdo. Por fim, os resultados desse estudo apontaram para uma construção inicial estereotipada da identidade nacional, tendo em vista os percalços ao longo desse processo, que invisibilizaram os negros e criaram uma imagem do índio a partir de um herói medieval europeu.

Palavras chaves: IHGB; Revista IHGB; historiografia; identidade; nação.

Abstract: The present research investigates nation building starting from the IHGB. The general objective was to analyze the feeling of nation built by the IHGB, so that one could understand the importance of the nationalist feeling for a country, and of the Institute for the history of Brazil. The basic concepts were based on the concept of nation, nationality, and national identity. In this sense, the investigation assumed a descriptive and analytical character of the magazine's publications, between 1839 and 1889, centered on content and discourse analysis. Thus, as to the structure of the work, we first made a discussion about the Regency Period and the beginning of the Empire of D. Pedro II, because it is at this moment that the institution is founded and also when the country takes its first steps as a nation-state. Next, we present the importance of the IHGB, to understand the dimension of the territory and its population,

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus V, apresentando artigo como Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela Professora Dra. Angela Cristina Guimarães Santos, correspondendo assim a um requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em História (2022.2).

and discuss the elite of the time and how it managed to maintain a hierarchy within the institution itself. The third part was in charge of understanding the historiographic production of the Institution, with the purpose of writing the process of building the history of Brazil. And, finally, the focus was to discuss the productions about the History of Brazil present in the IHGB Magazine, based on the content analysis. Finally, the results of this study pointed to an initial stereotypical construction of the national identity, in view of the mishaps throughout this process, which invisibilized blacks and created an image of the Indian from a medieval European hero.

Keywords: IHGB; Revista IHGB; historiography; identity; nation.

1 INTRODUÇÃO

O território, que foi colônia por anos de uma outra nação, precisava construir sua própria identidade, olhar para dentro e perceber o que o torna um Estado e uma Nação. No período em que o Brasil se tornou independente de Portugal, 1822, as concepções de nação estão em toda parte, ou surgindo em algumas regiões, o que ainda dá mais foco para essa questão, ou seja, a temática do nacional estava em destaque. Nesse sentido, era preciso fazer algo para que o país não ficasse prejudicado, afinal se identificar com a nação era muito mais do que uma questão de nascer naquele espaço, era defender sua história, compreender suas raízes e proteger a memória do grupo.

Luis Fernando Tosta Barbato comenta, em seus textos, como o país recém-formado corria risco de uma separação, assim como aconteceu com a América Espanhola, pois, nesse período, vários levantes separatistas ocorreram – “A Cabanagem no Pará (1835-1840), a Balaiada no Maranhão (1838-1841), a Sabinada na Bahia (1837-1838), e a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845) em meio às manifestações de lusofobia ainda presentes.” (BARBATO, 2011, p. 16). De tal modo, o risco de surgir vários Estados independentes estava cada vez mais presente, deixando claro a necessidade de um sentimento de pertencimento nesse território. Todavia, como José Murilo de Carvalho aponta, não existia no Brasil um sentimento de pertencimento a uma nação e sim um sentimento regionalista (CARVALHO, 2008).

Desse modo, se fez necessário um projeto para unificar de fato o país. Em 1838, no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) é fundado, com a finalidade de reunir e preservar documentos do país que acabara de nascer e também pesquisar e entender a extensão geográfica do território. Dessa forma, as cadeiras do Instituto foram formadas por geógrafos e historiadores, que eram instruídos a viajar e fazer contato com as várias regiões do país. Essas demandas vinham do interesse de compreender o real tamanho do país, assim como reunir documentação necessária para se entender a história do Brasil e, portanto, construir uma identidade brasileira, um sentimento nacionalista em um Estado que ainda não se identificava como nação. “O projeto de grêmio carioca² previa, portanto, além de um levantamento documental, a afiação de uma perspectiva teórica. Fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação.” (SCHWARCZ, 1993, p. 135). Assim, é possível perceber que o Instituto estava ligado a um objetivo político da época.

Um ano depois da fundação do IHGB, as publicações da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) foram iniciadas e passaram a servir como fonte para a pesquisa. Inicialmente, a revista fazia publicações por bimestre, mas, a partir de 1943, ela se tornou trimestral, a frequência era o objetivo desde a sua fundação. Cabe registrar que os primeiros números refletem um Brasil visto por uma elite intelectual, cuja intenção era a de construir uma ideia de nação, alinhada às ideias eurocêntricas, de um país que nasceu em harmonia. No entanto, era uma visão distorcida do que de fato era e é o Brasil, considerando que se tentava passar uma imagem de um país civilizado e, para isso, os indígenas e negros foram deixados de lado.

Verediana Carolina da Silva, logo no início do seu trabalho, fala: “afinal o que caracteriza uma nação além do idioma, costumes, leis, religião, entre outros aspectos, é a ideia de buscar a unidade garantindo sua continuidade.” (SILVA, 2011, p. 2). Partindo dessa afirmação, é necessário entender a importância de tal sentimento, pois ele faz com que uma população se sinta ligada a uma história comum a todos.

Em vários momentos da história do Brasil, o nacional é utilizado como jogo político, como discutido nos parágrafos acima. A imagem e o sentimento nacional

² O termo nesse contexto refere-se à reunião de pessoas pertencentes a uma sociedade acadêmica, instituição em comum. No caso do grêmio carioca, é a junção dessas duas coisas, temos o interesse acadêmico e as regras institucionais do próprio IHGB.

eram precisos no Brasil Imperial para que se tivesse um território unificado, mas o sentimento nacionalista também foi necessário na República, na qual ocorreu uma nítida separação do que foi construído pelos intelectuais ao longo do século XIX. Se a RIHGB preservou a imagem dos portugueses, os republicanos tentaram retirar esse laço com os lusíadas e criar uma imagem própria para a nação brasileira. Já em 1930, com Getúlio Vargas, então Presidente do Brasil, o sentimento nacionalista e os símbolos nacionais foram utilizados tanto para atrelar à sua imagem como alguém que pensava em seu povo, como para justificar o Golpe de 1935, já que o mesmo protegeria a nação de um golpe comunista.

Para a deposição de João Goulart como presidente do Brasil em 1964, a Marcha da Família com Deus e os militares também se utilizaram da pauta nacionalista, pois, assim como em 1935, o país sofria com uma ameaça chamada comunismo. Nas eleições para presidente de 2018, ouvimos o mesmo discurso, “precisamos salvar o Brasil do comunismo”, atrelado ao sentimento nacionalista e à identidade brasileira, um jogo político que só favorecia, novamente, as elites, por temerem perder seus privilégios.

Iara Andrade fala sobre a necessidade da discussão acerca da identidade nacional, porque ela sofre modificação, a depender dos interesses envolvidos e dos momentos pelos quais a sociedade esteja passando (ANDRADE, 2010). Assim, é necessário entender, portanto, como a primeira versão de nação e nacionalismo foi concebida no Brasil, considerando que tal premissa contribuiu para se compreender e unificar o país naquele momento. Sobretudo o pilar dessas concepções, que foi o IHGB, responsável por entender e criar os contornos dessa nação, através das publicações na revista do Instituto.

Diante do exposto, as perguntas de pesquisa foram as seguintes: de que maneira o ideal de nacionalismo foi estruturado pelo IHGB? A quem essa estrutura beneficiaria? Como foi utilizada e publicada a História do Brasil na revista? Quem eram os historiadores ou intelectuais que produziram essa identidade? Essas questões embasaram o presente estudo, tendo em vista que a Revista IHGB simboliza o principal meio para se compreender o sentimento nacionalista construído pelos intelectuais do século XIX.

O objetivo geral da investigação é analisar o sentimento de nação construído pelo IHGB, para que se possa entender a importância do sentimento nacionalista para um país, e do Instituto para a história do Brasil. Os objetivos específicos são: a)

compreender a estrutura política e social do período; b) Entender a relevância de D. Pedro II como patrono do Instituto; c) Discutir o papel político e social da revista; d) Compreender como foi produzido o discurso historiográfico da revista.

2 DEFINIÇÕES DE CONCEITOS

A discussão sobre o conceito de nação e nacionalismo é muito ampla e diversa, sendo que um puxa o outro. Então, a definição de qualquer um dos dois conceitos depende do outro, deixando a definição desses termos muito mais densa, pois está além da concepção de pessoas que vivem um mesmo Estado. Nesse meio, entra a questão da identidade daquele lugar, a questão linguística, cultural e a memória compartilhada por uma comunidade. Por conseguinte, são várias questões que se alinham na definição de nação e o sentimento nacionalista, além disso, cada nação se formou de um jeito e se identifica à sua maneira, portanto, a definição desse conceito é um tanto complexa e necessária a sua discussão.

Um dos grandes estudiosos desse sentimento, Benedict Anderson, defende a ideia de que a nação é imaginada, pois em comunidades menores é perceptível a dificuldade de interação entre seus membros. Então, em uma escala maior, essa interação não deveria ser possível. Se for posto em análise que cada membro tem sua particularidade e suas próprias percepções, ter uma coesão em uma escala mais ampla desse sentimento é mais conturbado. Assim sendo, essa nação não teria surgido do nacionalismo, visto que esse sentimento foi criado e imaginado em um lugar que antes não existia, até porque se fazia necessário.

Ela [nação] é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão. (ANDERSON, 1989, p. 14).

A nação é imaginada como uma comunidade, logo, ela não leva em consideração as desigualdades existentes dentro da sociedade. Nesse sentido, é compartilhado somente um sentimento de fraternidade, ou seja, seria difundido na sociedade uma emoção ou uma memória comum a todas as pessoas pertencentes a comunidade, e esse sentimento se faz presente na sociedade de maneira horizontal,

deixando de lado as mazelas sociais existentes. Dessa maneira, Anderson define nação como “uma comunidade política imaginada e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.” (ANDERSON, 2008 p. 32).

Já Eric Hobsbawm não coloca uma definição direta na obra intitulada “Nação e Nacionalismo desde 1780”. Nela, ele discutiu sobre como o conceito de nação foi modificado, nos anos 1800, por causa do surgimento dos Estado-nação. O historiador ressalta que, em alguns territórios da Europa, o significado de nação era estrangeiro ou mercadoria estrangeira. Essa modificação no conceito da palavra vai se transformando lentamente, primeiro se referindo a um clã, depois a determinados grupos, até chegar na percepção de nação atrelado ao sentimento de pertencimento a uma cultura, a uma identidade, a uma memória coletiva, entre outras referências. Contudo, o historiador ressalta que a concepção de nação é algo recente na história, um sentimento moderno e também político (HOBBSAWM, 1991).

Hobsbawm aponta ainda que a língua compartilhada pela população foi um fator decisivo para o sentimento de nação e a formação do Estado-nação na Alemanha e na Itália. O mesmo não ocorreu na França e nos Estados Unidos, já que o francês e o inglês eram idiomas existentes em outros territórios, então esse fator não se fez presente na identificação nacional.

Para os alemães e italianos, a sua língua nacional não era meramente uma conveniência administrativa ou um meio de unificar a comunicação ampliada do Estado [...]. Era, na verdade, a única coisa que os fazia alemães e italianos, e conseqüentemente tinha um peso maior para a identidade nacional do que, digamos, o inglês tinha para quem o lia e escrevia. (HOBBSAWM, 1991, p. 138).

O historiador traz a língua como algo que pode ter influenciado esse sentimento em algumas nações, no entanto também resgata algo relevante: o peso étnico e racial nessa construção nacional. Em seu auge, no século XIX, essa ideia de raça foi difundida e atrelada à construção nacional, e Hobsbawm (1991) aponta que poucas raças tentavam evitar essa mistura. Desse modo, aquele que não tivesse a mesma raça dos demais deveria ser retirado ou excluído dessa nação. Andrade (2010) assinala para o perigo existente nessa questão, pois vinculado a esse fator também surge a xenofonia.

Outro aspecto que está ligado à questão nacional é o fato de que ela sempre vem de uma elite. Como já citado antes, os crioulos “criaram” essa comoção “nacional” nas colônias espanholas. No entanto, Hobsbawm (1991) menciona que as ideias

sobre nacionalismo tratavam de uma escrita somente acessada por pessoas letradas, ou por pequenos burgueses, que tiveram a chance de serem alfabetizadas, mas a grande massa populacional não teve a oportunidade de obter qualquer nível de escolaridade. Então, esse conhecimento, mesmo que não restrito, era de difícil disseminação entre as classes menos privilegiadas.

Para fomentar esse discurso nacional é necessário um caminho, a identificação daquele grupo e a memória compartilhada entre eles. Gizeli da Conceição Lima reflete sobre a importância da memória para a construção da história nacional, pois ela tende a “reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.” (LIMA, 2019, p. 329).

Em uma definição mais ampla, “a memória é uma construção social, produzida pelos homens a partir de suas relações, de seus valores e de suas experiências vividas.” (MORIGI; ROCHA; SEMENSATTO, 2012, p. 184). Através da memória coletiva ou social, cada indivíduo busca entender sua identidade, pois, segundo Leonel Monastirsky (2009, p. 328), “a associação da própria memória à memória da sociedade na qual o indivíduo está inserido, possibilita a ele o reconhecimento da sua identidade, a sensação de aceitação e de participação social, por conseguinte, permeia o exercício da cidadania.”

Ao partir desse ponto, é possível perceber que um indivíduo se sente pertencente a uma comunidade a começar pela memória que compartilha com o grupo, porque traz a ideia de algo comum a todos. Edgar de Decca faz uma colocação interessante sobre a memória: “nossa memória está sempre pronta para nos apontar o valor de uma nacionalidade que é valorizada muito mais por símbolos vazios, como heróis, hinos, emblemas etc.” (DECCA, 2002a, p. 17). Dessa maneira, o sentimento nacional está ligado a essa memória compartilhada, os símbolos existentes carregam um valor, porém esse valor só é visível se a comunidade o tratar como tal.

As memórias não precisam ser vividas por todos, mas sim compartilhadas em uma comunidade. Esse compartilhamento se daria de maneira simbólica, atrelado a um dado momento marcante para a história coletiva. Decca (2002a) aponta que ocorreu uma tentativa de criação dessa memória partindo da Independência, em 1822, com D. Pedro I, contudo como criar uma história nacional com a imagem de alguém que deixou o país? Juntar uma identidade com alguém que voltou para Portugal, não parecia a melhor ideia, pois não prevaleceu nessa pessoa o amor pela nação. Por

esse motivo, é feita uma busca pelos intelectuais para a construção dessa memória histórica com um imperador que nasceu nessas terras e que traria uma identificação. Assim, vemos a imagem de D. Pedro II sendo utilizada.

Iara Andrade (2010), assim como Hobsbawm (1991), dialoga com a ideia de que a elite é detentora do poder de construção da identidade da nação, analisando o Brasil e o próprio IHGB, que tinha em sua estrutura uma elite letrada e que era próximo à Família Imperial, ou até mesmo fazia parte da Corte. Nessa mesma perspectiva, Chartier adverte que na identidade não ocorre um discurso neutro, sempre há o interesse de impor suas ideologias. E é dessa maneira que vemos o desenrolar a ideia de nação aqui no Brasil, uma elite construindo uma historiografia e deixando a outra parte da população em silenciamento.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Andrade (2010) e Lima (2019), em seus respectivos trabalhos, colocam algo que chama à atenção quando pensamos na ideia de identidade. As historiadoras discutem como a ideia de identidade e diferença ajudam na concepção de identidade nacional, pois a identidade tem o papel de mostrar a um povo suas semelhanças culturais, étnicas, linguísticas, ou seja, as suas semelhanças internas. Dessa forma, o externo é o diferente e isso ajuda na identificação da identidade nacional.

Barbato (2011) discute uma ideia parecida com a mencionada pelas historiadoras citadas acima, trabalhando com a concepção de identidade formada por lutas históricas e por um jogo de poder externo e pela exclusão do de fora. Contudo, Edgar de Decca defende uma identificação por símbolos e valores internos e os sinais externos. “Neste sentido, a identidade de um grupo forma-se normalmente por sinais externos e por um conjunto de símbolos e valores a partir dos quais se opera uma identificação.” (DECCA, 2002a, p. 8).

No Brasil, a identidade nacional foi construída através de uma idealização racial, tendo em vista algo bastante difundido pela RIHGB. Algo, que Andrade (2010) acredita ter sido um empecilho para a difusão do sentimento de nação no país, porque as ideias de raça e de população civilizada excluía boa parte da população brasileira.

Em um diálogo próximo ao de Barbato (2011), Decca salienta a *harmonia* na construção dessa identidade, pois foram apresentados o negro, o índio e o homem branco em um discurso utópico, que não se fez presente na história do Brasil. Em uma construção romântica dos fatos, o homem branco teve um papel primordial na produção dessa nação. Essa harmonia criada deixou encobertos vários fatores violentos da história brasileira. “Podemos observar por este rápido percurso através dos mitos da nacionalidade o modo como se teceram os fios de uma memória que consagrou os mitos da unidade, da harmonia, da conciliação, da proporcionalidade, da igualdade e da liberdade.” (DECCA, 2002a, p. 12).

Entretanto, Barbato (2011) reforça que o sentimento de nação e identidade são postos em prática se houver uma adesão popular, se a massa aderir a essa ideia, porque, mesmo que ela não esteja na elite “criando” o conceito de identidades, ela é a maioria e faz parte do território.

Desta maneira, podemos concluir que a identidade nacional brasileira surgiu em um momento no qual se fazia necessária a criação de elementos de união, visto a situação política na qual o Brasil se encontrava, à beira do colapso político. Em um mundo cada vez mais dividido entre nações, competindo entre si na disputa por um lugar no mundo, estar unido e apresentar uma coesão nacional era elemento fundamental. (BARBATO, 2011, p. 13).

Andrade (2010) salienta a necessidade de discussão sobre as identidades nacionais, pois há muito o que ser debatido e ainda não há algo fixo na historiografia sobre o tema. Esse conceito traz consigo grandes dúvidas e questões que permeiam toda a história de uma sociedade.

O surgimento dos intelectuais na França tem como ser datado, Diogo Arruda Carneiro da Cunha (2018) coloca em seu texto como surgiu a palavra/denominação “intelectual”. Ela veio através de um ato contra a decisão da justiça em condenar um homem à prisão com provas falsas, e perante tal injustiça, os universitários, escritores e artistas se colocaram contra e encaminharam um manifesto a um jornal. Diante dessa atitude, algumas pessoas se opuseram aos manifestantes, e como uma maneira de ofender, começaram a chamar o grupo de intelectuais. Essa palavra teve um outro sentido a partir do momento em que tomou proporções políticas e começou a se referir às pessoas que lutavam contra as correntes ideológicas no início do século XX.

No Brasil, não há uma data precisa para o surgimento dos intelectuais, mas levando em conta que o termo é associado às pessoas da academia, é necessário

considerar que as pessoas, que começaram a forjar a ideia de nação no Brasil, viam com bons olhos os ilustres homens da academia. Mesmo observando ter o ensino superior só começado a dar as caras no país com a chegada da Família Real, em 1808.

No que se refere a ter acesso à formação acadêmica no Brasil, deve ser destacado que a elite se fez muito presente, já que era comum, para aqueles que queriam cursar o ensino superior, a ida para Coimbra estudar e, é claro, que manter uma pessoa estudando em outro país era para poucos. De tal modo, havia uma elite muito específica na época, que enviava os filhos para estudarem fora.

A historiadora Lilia Moritz Schwarcz (1993) utiliza o termo “classe ilustre nacional”, pois assim começaram a ser chamados esses “novos” membros da elite. Isso porque eles detinham uma posição econômica, vinham de famílias importantes da época e ainda começaram a ser detentores do conhecimento e, portanto, tal aquisição começou a ser almejada. Com o surgimento de universidades dentro do país, após a vinda da Família Real, ficou “mais fácil” alcançar esse objetivo.

No entanto, isso trouxe uma nova dinâmica para a sociedade, não ao ponto de abalar as estruturas e causar grandes modificações, mas, com as universidades no país e, por consequência, novas profissões como: médico, advogados e engenheiros, uma “elite” foi sendo configurada sob novos moldes. Desse modo, essa “nova elite” chegou a esse lugar de destaque porque detinha uma profissão, porém, esse cenário deixou a elite tradicional inquieta, porquanto não era de interesse que o espaço da elite fosse alcançado por outras classes.

3 METODOLOGIA

A Revista do IHGB começou a ser publicada em 1839, no ano seguinte ao da fundação do Instituto. Desde a primeira publicação, até os dias de hoje, a revista traz publicações na área da História. O período analisado começa desde a primeira publicação, em 1839, e vai até 1889, tendo sido produzidos 81 Tomos, que estão disponíveis no site do IHGB. Já no discurso de abertura do Instituto, Januário da Cunha Barboza deixa claro qual seria o objetivo da Revista, bem como o tom nacionalista que se almejava que a mesma adotasse.

Os intelectuais, na linha de frente da produção da Revista, não tinham uma formação em História. Assim, os registros apontam Francisco Adolfo de Varnhagen como um “especialista”, que abrirá espaço para a historiografia no Brasil. Naquele momento, as áreas de formação eram limitadas, giravam em torno do direito e da medicina, logo, o peso e a importância das ciências humanas ainda estavam sendo construídos.

Cabia a esses intelectuais, que não tinham a formação acadêmica na área das ciências humanas, produzir e construir uma história para o Brasil. Deve ser levado em conta também como essa história foi escrita, ou seja, estamos falando de um período em que a educação era cara e escassa, então a linguagem utilizada na revista foi observada. A RIHGB era lida sim por um grupo selecionado e restrito e a própria escrita dela denuncia esse fato.

Buscando responder à problemática da pesquisa e trazer à tona a relevância da revista, a pesquisa nas fontes se dará de duas maneiras: 1) análise do discurso; e 2) análise do conteúdo. Nessa etapa, as temáticas ligadas à construção da história do Brasil serão analisadas, observando as mudanças ocorridas em 1850³. Dentro dos tomos/revistas, há diversos gêneros literários, além de documentos, como: atas; transcrição de discursos; relatos de viagens; informes sobre eventos; e a própria historiografia. Todas as informações contidas nos tomos são importantes para se entender o que se passava nos encontros e as ideias que estavam circulando naquele espaço, porém esses pontos não serão analisados no presente trabalho. O porquê desse recorte se dá pela necessidade de cumprir com o objetivo de analisar a construção do nacional brasileiro.

A análise do discurso possibilitou uma imersão nos discursos transcritos e na historiografia produzida, pois dentro desses textos é possível traçar os interesses do locutor ou do escritor do texto. O Instituto tinha, e ainda tem, uma elite intelectual muito seleta, a linguagem ali presente não representava, nem alcançava, a massa da população brasileira, que possuía um número expressivo de pessoas não alfabetizadas, não atingidas pelo excludente projeto de educação do Império do Brasil. Afinal, como bem adverte Foucault, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (FOUCAULT, 1996, p. 44).

³ Entre 1850 e 1851, ocorreu uma mudança na aprovação de novos sócios, além disso, houve uma mudança também nas produções historiográficas.

Laurence Bardin explica que a análise do conteúdo e, principalmente, a análise do documento seria o “tratamento da informação contida nos documentos acumulados, logo a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação.” (BARDIN, 2011, p. 41).

Para a análise do conteúdo, foi feita a seleção dos textos e discursos transcritos, por meio dos índices encontrados na própria revista, através das palavras-chave: discurso; Brasil; história do Brasil; nação; nacionalismo. Esse levantamento visou identificar os textos com os descritores supracitados, a fim de analisar os conteúdos produzidos.

4 DAS REGÊNCIAS AO SEGUNDO REINADO

A fundação do Instituto Historiográfico e Geográfico Brasileiro se dá em um período bastante conturbado no Brasil, em vários aspectos: político, social e econômico. O Brasil, como Estado, estava dando seus “primeiros passos” sem a sombra do colonizador ou a figura do colonizador no âmbito político. As historiadoras Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2015) começam o capítulo da obra, “Brasil: uma biografia”, sobre o período regencial, com uma verdade incontestável: naquele momento, no Brasil, se ouvia o som do silêncio.

Em 1822, o Brasil se tornou independente de Portugal, contudo ainda não tinha traçado seus ideais sociais e os planos políticos que deveriam ser postos na nova nação. As elites sabiam o que queriam: a permanência da mão-de-obra escrava; permanecer com seus privilégios; e mesmo assim era necessário que isso fosse bem esquematizado, a fim de não transparecer de maneira negativa. Então, era premente começar a se pensar e organizar essas questões. Todavia, antes mesmo de se desenhar de fato essa nova nação, o então Imperador D. Pedro I deixa o Brasil, em 1831, ficando a gestão do país sem direção, já que o herdeiro do Império ainda tinha 5 anos. Dessa forma, a solução para essa lacuna no poder foi iniciar o período das Regências no Estado.

A fase das Regências (1831-1841) é tida como uma das mais agitadas. Marco Morel revela como esse momento foi percebido, por alguns grupos do poder na época,

destacando os adjetivos um pouco peculiares usados por eles: “em primeiro lugar, o período em questão foi tachado de caótico, desordenado, anárquico, turbulento e outros adjetivos conexos.” (MOREL, 2003, p. 7). Tais características e adjetivos se justificam pela complexidade de se entender o período, já que é marcado por diversas revoltas, uma instabilidade política muito grande e o risco de que o território acabasse se transformando em vários países independentes. Além disso, um olhar menos cuidadoso pode levar a anacronismos, pois não é difícil ver traços de ou similaridades com uma República naquele momento da história do país.

As Regências se dão com quatro sucessões de regentes. As duas primeiras foram formadas por uma Trina Regência, composta por três regentes. A primeira, denominada “Regência Trina Provisória”, contou com os regentes: Francisco de Lima e Silva, Nicolau Vergueiro, e José Joaquim Carneiro de Campos. Já a segunda, nominada “Regência Trina Permanente”, foi constituída pelos seguintes regentes: General Lima e Silva, José da Costa Carvalho e José Bráulio Muniz. As outras duas ficaram conhecidas como “Regência Una”, com um único regente: Feijó (1835-1837) e, posteriormente, Araújo Lima (1837-1840). Para a nomeação dos regentes, uma votação era aberta na Câmara dos Deputados, e cada regente tinha um período para ficar no poder. Dessa maneira, acaba sendo feita a associação com uma república.

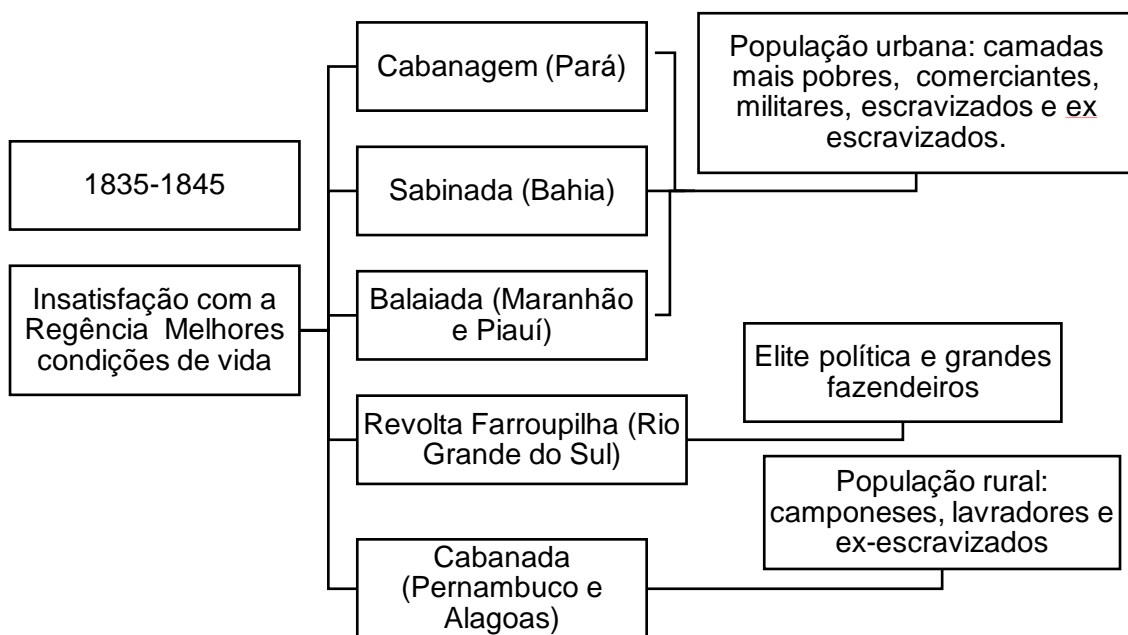
Não por acaso Joaquim Nabuco teria afirmado: “No Brasil [...] a regência foi a república, de fato, a república provisória”. Não se sabe se foi o Paço com seu monarca menino que encolheu ou se as esquinas do país é que nunca pareceram tão largas e distantes. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 312).

Essas ideias de República e autonomia nas Federações representaram o grande debate e levante desse período, já que não se tinha uma figura que centralizasse o poder. Embora o Imperador existisse, a sua figura era deixada de lado, pois ele não passava de uma criança. As decisões ficavam a cargo dos regentes, que se dividiam entre os partidos políticos da época: “Moderado (ou chimangos), Exaltado (ou jurujubas e farroupilhas) e Restaurador (ou caramurus, que queriam a volta de Pedro I e contavam com a chefia de José Bonifácio).” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 317).

Toda essa tentativa de ordem foi complicada de ser gerida, pois a todo momento surgia uma nova revolta que desestabilizava a gestão que comandava o país. Nessa temporalidade, cada levante tinha sua particularidade, mas ao mesmo tempo suas semelhanças.

Na figura 1, as revoltas foram selecionadas para exemplificar as suas características nesse período. No primeiro momento, houve as revoltas separatistas (Cabanagem, Sabinada e Farroupilha), que almejavam maior autonomia e buscavam seus interesses regionais. As duas primeiras tiveram um caráter mais urbano, as classes se uniram para lutar contra as forças da Regência. Destaque para a Sabinada, na Bahia, que teve entre seus participantes membros da elite, classe que chegou a esse *status* por meio da formação ou profissão, como médicos e advogados.

Figura 1 – Revoltas durante o período da Regência: 1835-1841.



Fonte: Autoria própria.

As revoltas da Cabanada e Balaiada se dão por insatisfação popular em relação ao regime político e econômico da época. Essas duas revoltas almejavam diminuir o poder das elites locais, além de conquistar melhores condições de sobrevivência. A Balaiada, no Maranhão, e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, possuem um ponto em comum: a questão do letramento dessas populações revoltosas. Morel (2003) destaca que esse foi um dos fatores que levou à grande adesão da revolta no Maranhão e a longevidade da Farroupilha. A grande adesão da revolta do Maranhão tomou proporções astronômicas, os cálculos apontam que só de mortos, nessa revolução, da parte revoltosa foram 15 mil pessoas.

Nenhum momento da história do Brasil concentrou tanta violência num tempo tão curto e em extensões de terra tão largas quanto essa fase da monarquia. Violência social e política. Grupos étnicos variados, ligados pela comunidade da língua e da religião, marcados pelas condições de regiões diversas, tendo pelas riquezas da terra um grande entusiasmo, demonstrando aversão ao português, mas desprezando uns aos outros – eis a obra de três séculos de colonização, na síntese do historiador Capistrano de Abreu. (MOREL, 2003, p. 65).

Esse fator acabou prejudicando a imagem que se tentava construir do Brasil. Afinal, que povo civilizado é esse que vive em revoltas? Ademais, esses revoltosos vinham de várias etnias, logo, dentro das cinco revoltas, só a Farroupilha não tem uma mesclagem significativa dentre os seus revoltos. Nas demais, havia de indígenas a negros e pessoas de pele clara. A imagem de um país nos trópicos com padrão europeu ficava cada vez mais distante.

As pessoas tinham cor nessas revoltas, principalmente na Bahia que, antes da Sabinada, foi palco da Revolta dos Malês. Essa última, por sua vez, foi arquitetada por escravos de diversas etnias, mas o destaque ficou centrado nos povos islamizados, que tinham sido alfabetizados na língua islâmica e conseguiram se articular, se comunicar com descrição.

Com tantas revoltas e o identitário branco sendo manchado, as forças que organizavam o país começaram a engendrar a posse do Imperador D. Pedro II, já que ter uma figurar de poder centralizada no Imperador traria uma estabilidade política depois de tantos conflitos. Sendo assim, o golpe da maioria é posto em ação.

4.1 A construção do Imperador D. Pedro II

Com D. Pedro II em cena, o foco esteve centrado em fazer algumas preparações, como a construção da imagem do Imperador. Tais preparativos começaram bem antes da coroação, pois era de conhecimento que, na situação política em que se encontrava, o Brasil não conseguiria se manter de pé com tantos ataques. Então, ainda em 1835, começou a se falar sobre a antecipação da maioria. Assim, em 18 de julho de 1841, ocorreu a coroação do novo Imperador do Brasil, fato marcado por uma grande ornamentação para receber o novo rei do Império.

Era preciso trabalhar a imagem de D. Pedro II, a distanciando da imagem de D. Pedro I. Esse último era cercado de inúmeras polêmicas, tanto pessoal quanto política. Por essa via, nos últimos anos de D. Pedro I, as coisas não estavam tranquilas e havia muitos revoltosos questionando a origem do Imperador. Afinal, o Brasil estava livre de Portugal e a ideia da coroa Portuguesa ainda governando não estava no agrado de ninguém.

Nos últimos momentos de D. Pedro I, uma xenofobia crescia direcionada aos portugueses, porque o Brasil já era um Estado que não dependia do país colonizador. Entretanto, o Imperador que aqui estava teve que se dividir em dois reinados, porque D. João VI falecera e não tinha deixado clara questão da linha de sucessão ao trono português, ficando com D. Pedro I. Esse fato desencadeou um levante nas terras portuguesas, conhecida como a Revolta Liberal do Porto, enquanto no Brasil

acirrava-se a tensão entre comerciantes (a maioria portugueses) e boa parte da população, acentuando as cores do antilusitanismo, inclusive nos meios populares. Havia forte temor, referendado por tantos indícios, de reunificação entre Brasil e Portugal, isto é, da recolonização. (MOREL 2003, p. 13).

Esse desgosto pelo povo português foi se intensificando, até que os lusitanos começaram a sofrer violência física nas ruas e qualquer referência a Portugal era vista como ameaça. Desse modo, a volta de D. Pedro I foi vista com bons olhos pela população quando ele deixou o Brasil, em 13 de abril de 1830.

O pensamento que se tentou construir em relação à D. Pedro II foi o de que ele não tinha uma conduta parecida com a do seu pai. O ponto de partida foi que, embora ele fosse filho de pais europeus, nascera e se criara nas terras brasileiras (DECCA, 2002b). Por essa perspectiva, ele era tido como um brasileiro, mesmo que as características físicas se destacassem do restante da população, que em sua maioria era mestiça e preta.

Além disso, o novo Imperador era caracterizado por ter “educação, inteligência, cultura, domínio de línguas mortas e vivas, além da destreza na equitação e na esgrima.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 320). Essa era a imagem que tentavam construir, ou seja, de um imperador culto e, portanto, o inverso do antigo imperador. A educação do novo governante do Brasil também foi utilizada para que a imagem de um povo culto e bem-educado fosse transmitida aos países europeus.

Afinal, nós estávamos diante de um Imperador criado em um país tropical, mas a sua linhagem europeia, oriunda da mãe, fazia com que ele tivesse uma singularidade

própria, que o deixava também dentro dos padrões europeus. A imagem de “homem culto” foi determinante para que os fundadores do Instituto convidassem D. Pedro II para ser patrono do IHGB. Em troca do convite, o bom monarca cede uma das salas do Palácio Imperial para que os membros pudessem fazer suas reuniões.

Enfim, seja por jogo político ou interesses próprios, a imagem que se guardava do Imperador D. Pedro II era a de um homem ligado às ciências e que valorizava a mesma. A maior parte das verbas do IHGB vinha da coroa, até porque era uma forma de se construir uma história, sem que as questões negativas ligadas ao seu Império ficassem marcadas.

5 A IMPORTÂNCIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO PARA O IMPÉRIO

Como toda a instabilidade política que se teve durante o período da Regência, fica claro a necessidade de entender as dimensões políticas e sociais do Brasil. As antigas colônias dos espanhóis, por exemplo, se fragmentaram e formaram Repúblicas; já no caso brasileiro saímos independentes e entramos em uma monarquia com um imperador português. Desse modo, se fazia necessário a reflexão sobre a estrutura do Estado-nação.

Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

A Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (SAIN)⁴, em 19 de agosto 1838, após a assembleia ocorrida no dia anterior, aprovou a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro que foi idealizado pelo Marechal Raymundo José da Cunha Mattos e o Cônego Januario da Cunha Barboza. Na apresentação para votação, as bases que o IHGB deveria seguir foram postas. Dois pontos das bases, 3 e 9, devem

⁴ Essa sociedade foi fundada por D. João VI, vindo com a ideia de centralizar o poder do Estado, e ficava a cargo da instituição a promoção de “desenvolvimento da agricultura, lavoura e pecuária” (SCHWARCZ, p. 131, 1993).

ser destacados pelos seus conteúdos, neles já nítido o caráter histórico que seguiria a instituição:

3. O fim deste Instituto será, além dos que forem mareados pelos seus regulamentos, colligir e methodisar os documentos historicos e geographicos interessantes & historia do Brazil. [...]

9.O Instituto abrirá correspondencia com o Instituto Historico de Pariz, ao qual remetterá todos os documentos da sua installação; e assim tambem com outros da mesma natureza em nações estrangeiras: e procurará ramificar-se nas pro vincias do Imperio, para melhor colligir os documentos necessarios & historia e geographia do Brazil. (BREVE..., 1839, p. 6-7).

Vale ressaltar que esses objetivos não são do IHGB e sim suas bases. Nesses dois extratos já é possível perceber o caminho que a fundada instituição vai seguir em relação aos documentos históricos. Tal passo é importante para a conservação da documentação, como também para a construção da História do Brasil. Essa decisão foi muito bem posta, visto que, ao longo do período de colonização, esses documentos não estavam sendo devidamente cuidados, porque não era de interesse de Portugal preservar e deixar na Colônia algo que pudesse colocar em risco o processo colonial. Esse passo se tornou necessário para que fosse possível compreender as dimensões do novo Império. Ademais, fica clara a ambição em estreitar os laços com o Instituto Histórico Francês.

O Instituto não é só historiográfico, logo deve ser levado em consideração que ele é também geográfico, ou seja, era preciso fazer o levantamento das documentações históricas, mas compreender o espaço físico da nação brasileira. Estamos falando de um Estado nação recém-criado, com regiões que continham diversas tradições regionais, climas e vegetação diversas. Esses paralelos precisavam ser vistos pelo novo Estado. Nesse sentido, Leandro Macedo Janke discute como o imperialismo português focou em expandir seu território. O Brasil não precisava de uma expansão territorial e sim de entender seus limites.

Além da dimensão continental do território, outro elemento merece destaque. Ao contrário de Portugal que possuía fronteira com um único país – Espanha –, o Estado imperial brasileiro compartilhava limites com as diversas repúblicas resultantes da fragmentação do antigo império hispano-americano. E vale ressaltar que o império herdara não apenas o território da antiga metrópole, mas também todas as disputas e impasses acerca dos limites entre as possessões ibéricas na América. (JANKE, 2011, p. 11).

Os intelectuais do Instituto tinham em mente a importância de se compreender esses limites territoriais, tanto que a própria revista possuía o espaço para a publicação dos relatos de viagens que os membros correspondentes faziam. Tais viagens contribuíam ainda para que fosse feita a ligação com as identidades regionais e para a coleta de documentos.

Nesse mesmo ano (1838), a primeira reunião dos membros do Instituto ocorreu, tendo sido feita a leitura e organização dos objetivos do IHGB. Além disso, houve a definição de como deveria ser a admissão de novos membros, os deveres desses sócios e também a gestão em relação às publicações dos periódicos. O primeiro objetivo do Instituto se atrelava ao extrato 3, citado mais acima, onde ficava definido que uma das finalidades da Instituição era arquivar a documentação relacionada à história do Brasil. Aqui, entra o esforço de levar os conhecimentos obtidos sobre a história nacional para o ambiente fora da academia, através do ensino público. Esse ensino público ficaria em espera até que os cofres da Instituição pudessem arcar com esses custos.

No segundo objetivo há a questão das correspondências com outras instituições e pessoas de outros países. Desse modo, a relação que o IHGB tem com Instituto Histórico de Paris está ligado a esse objetivo. Outrossim, as fontes sob a posse do governo português precisavam vir para o Brasil, seja pela própria coroa, ou por intermédio de algum sócio correspondente. É imprescindível observar que essa relação com a Europa tinha a diligência de apresentar como a nascente nação estava empenhada em escrever a sua história e mostrar que era um povo civilizado, ligado aos padrões eurocêntricos.

Art. 3. Publicará de tres em tres mezes um folheto, que tenha pelo menos oito folhas de impressão, com o titulo seguinte Revista Trimensal de Historia e Geographia; ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro sob os auspicios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Nesta revista so publicarão, além das actas e trabalhos do Instituto, as memorias de seus membros que forem interessantes & historia o geographia do Brazil; e assim tambem as noticias ou extractos de historia e geographia das obras publicadas pelas outras sociedades e pessoas litteratas, estrangeiras ou nacionaes, precedendo a respeito dellas o relatorio de uma commissão do seu selo, para esse effeito nomeada. (EXTRACTOS..., 1839, p. 18).

O objetivo terceiro merece ser destacado, pois remete à maneira como as publicações estão arquivadas atualmente. Assim, fora definido que as publicações deveriam ocorrer de três em três meses e entregues aos membros do Instituto. Tal

abundância de publicações resultou em primeiros tomos das revistas grandes e densos, pois neles constam as dissertações, as ordens dos dias de encontro, os relatos de viagens, as bibliografias dos membros tidos como ilustres. Em uma análise dos tomos das revistas, é possível perceber que esse terceiro objetivo foi cumprido.

Nesses objetivos analisados, é nítida a importância dada à organização do grêmio fundado em 1838, assim como é possível perceber os interesses por trás dessa instituição. Um de seus idealizadores, Januario Barboza, fez um discurso na abertura do IHGB e deixa claro em suas palavras a necessidade de criar um espaço onde se possa levar a “glória nacional” na qual a pátria brasileira terá conhecimento de sua história.

Os litteratos de todo o Brazil saberão, pela leitura de nossos estatutos, que os socios deste Instituto não só meditam organizar um monumento de gloria nacional, aproveitando muitos rasgos historicos que dispersos escapam á voragem dos tempos, mas ainda pretendem abrir um curso de historia e geographia do Brazil, além dos principios geraes, para que o conhecimento das cousas da pátria mais ‘facilmente chegue á intelligencia de todos os Brasileiros. Este ramo de estudo, tão necessario à civilisação dos povos, faltava nos nossos patricios. (BARBOZA, 1839, p. 15).

O discurso proferido coloca um fator a ser debatido. Assim, fica claro que, para além das pesquisas, se tinha o desejo de ser reconhecido pelos seus feitos por outras instituições, nesse caso outras nações. Nesse ponto, o desejo era que soubessem onde surgiu a pesquisa, ou seja, todo literato do Brasil teria ciência de que os saberes históricos e geográficos vieram por intermédio de membros do Instituto nacional. Os membros pertencentes ao IHGB, em sua grande maioria, eram de uma elite ligada à política, à família imperial, portanto, o grande interesse de estar ali presente era o *status* social, de tal modo que eles não seriam somente vistos como políticos, mais também como um grupo de intelectual de respeito. Tais palavras ditas por Barboza podem parecer ligadas à vantagem que resultou/resultaria nos estudos obtidos pelo IHGB, porém por que não juntar as duas coisas, a necessidade de se construir uma história para o Brasil e ganhar o *status* de intelectual, e, claro, ver o seu nome também marcado nessa história nacional? O discurso na fala do Barboza sintetiza um desejo de ver seu nome como uma marca na história nacional, ou seja, as interdições que o atingiram revelaram logo, rapidamente, a sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 1996, p. 10).

5.1 A elite querendo produzir história

No estatuto de fundação do Instituto fica claro que ele terá 50 sócios efetivos, 25 para área historiográfica e 25 para a geografia, que, por sua vez, deveriam ter residência na capital do Rio de Janeiro. Em relação à admissão dos sócios honorários e correspondentes não havia limite de vaga, contudo as regras eram bem definidas para a aceitação.

Os sócios efetivos precisavam apresentar algum trabalho ligado à área que almejava entrar: história, geografia e/ou etnologia. Dessa maneira, era possível certificar-se de que o candidato tinha o perfil para a cadeira do grêmio, somado a isso era feita uma doação superior a 2:000\$ (dois mil réis) em dinheiro ou em objetos valiosos, quando a pessoa passava a ser um sócio benemérito. Já os correspondentes também deviam ter a mesma postura intelectual dos efetivos e igualmente fazer uma doação para a Instituição com algo de valor, mas não tinha a obrigatoriedade de morar na capital. Os sócios honorários deveriam ter uma índole intelectual e ter uma boa conduta. Algo em comum era que todos deveriam ser indicados por alguém que já fazia parte do Instituto. Por último, havia o cargo de presidente honorário, conferido ao chefe de Estado, no caso, D. Pedro II, que ocupou por longas décadas esse posto. Foram 27 os primeiros sócios do IHGB tidos como sócios fundadores, incluindo o Januário Barbosa (ver quadro abaixo).

Quadro 1 – Lista dos Sócios Fundadores do IHGB⁵.

Nome do Sócio	Titulação/Profissão
Alexandre Maria de Mariz Sarmiento	Chefe da Contadoria Geral do Tesouro
Antônio Alves da Silva Pinto,	Advogado.
Antônio José de Paiva Guedes de Andrada	Chefe da Secretaria dos Negócios do Império.
Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	Visconde de Sepetiba.
Bento da Silva Lisboa	Barão de Cairú.
Caetano Maria Lopes Gama	Visconde de Maranguape.
Cândido José de Araújo Viana	Marquês de Sapucaí.
Conrado Jacob de Niemeyer	Militar e geógrafo.
Emílio Joaquim da Silva Maia	Professor do Colégio Pedro II.

⁵ Levantamento feito através do tomo I da revista e do site do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim	Visconde de Jerumirim.
Francisco Gê Acaiaba de Montezuma	Visconde de Jequitinhonha.
Inácio Alves Pinto de Almeida	Secretário da Junta de Comércio.
Januário da Cunha Barbosa	Cônego.
João Fernandes Tavares	Visconde da Ponte Ferreira.
Joaquim Caetano da Silva	Professor do Colégio Pedro II.
Joaquim Francisco Viana	Bacharel em matemática.
José Antônio Lisboa	Deputado da Junta de Comércio.
José Antônio da Silva Maia	Político e procurador da Coroa.
José Clemente Pereira	Político.
José Feliciano Fernandes Pinheiro	Visconde de São Leopoldo.
José Lino de Moura	Contador da Caixa de Amortização.
José Marcelino da Rocha Cabral	Advogado
José Silvestre Rebelo	Negociante.
Pedro de Alcântara Bellegarde	Militar, diretor da Academia Militar.
Raimundo José da Cunha Matos	Marechal de campo.
Rodrigo de Souza da Silva Pontes	Desembargador e diplomata
Tomé Maria da Fonseca e Silva	Administrador da Recebedoria do Município.

Fonte: Quadro adaptado do site do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Dos 27 sócios fundantes do IHGB, 22 eram políticos ligados diretamente ao Estado Imperial. Schwarcz (1993) aponta como essa estrutura inicial pode ser ligada facilmente a uma sociedade de corte. Estava ali uma nata da política imperial, “boa parte dela nascida em Portugal e fiel defensora da Casa de Bragança” (SCHWARCZ, 1993, p. 134), que acabou vindo para o Brasil por causa da invasão napoleônica na Península Ibérica.

A entrada no grêmio também representava “objetivos diferentes para os diversos candidatos, já que alguns viam nele a chance de promoção pessoal, enquanto outros a enxergavam como um trampolim para a ascensão na carreira intelectual.” (BARBATO, 2011, p. 32). Mesmo com grande parte dos membros formada por uma elite política e proprietários de terra, dentro da Instituição havia aqueles que almejavam o conhecimento e o reconhecimento no meio intelectual.

Todavia, em 1850, ocorreu uma mudança no sistema de ingresso no Instituto, fazendo com que as pessoas localizadas em lugares mais baixos dentro da hierarquia do Instituto passassem a ser vistas e conhecidas. Isso posto, é relevante destacar Varnhagen, que estava no Instituto como secretário, cujo papel era organizar e ver as

pautas que estariam sendo tratadas nos dias de encontro. Contudo, esse trabalho não era visto como relevante pelos membros do grêmio, em função da sua posição na elite. Dentro do Instituto, os políticos de altos cargos eram os reconhecidos.

Por essa via, Lilia Schwarcz (1993) comenta, em sua obra, que na seção da revista, intitulada “Bibliografia de Brasileiros Ilustres”, as pessoas que estavam mais no topo da elite imperial tinham suas bibliografias publicadas com mais frequência, já aquelas que estavam mais abaixo dessa hierarquia tinham menos publicações. O caso de Varnhagen merece destaque, pois o mesmo teve cinco publicações. O reconhecimento dele só veio de fato quando a sua obra, intitulada “História Geral do Brasil”, foi publicada.

O historiador Michel de Certeau fala sobre o lugar social da produção do conhecimento, ficando a pesquisa historiográfica suscetível ao local de observação do historiador.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. (CERTEAU, 1982, p. 66).

Quem contou a história do Brasil foi uma elite, logo, a produção historiográfica foi influenciada pelo lugar social dessas pessoas. No Instituto, cabe destacar a existência de pessoas fiéis ao Imperador e, dessa forma, as críticas ao Império não estavam presentes. Vale ressaltar uma fala do Imperador durante uma seção do Instituto: “agradeço muito ao Instituto; e nada mais digo, porque o Instituto bem sabe, que eu sou todo d'elle.” (ACTA...,1889). Pouco depois do golpe da Maior Idade, o Imperador passou a frequentar o espaço em todas as reuniões até ser tirado do poder, em novembro de 1889.

6 A PRODUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA NO SÉCULO XIX

Entre o século XVIII e XIX, houve uma mudança sobre o que se pensava da história, porque até então ela era vista como um gênero literário e, a partir desse período, ela começou a ser reconhecida como ciência (BARROS, 2022). Sendo assim,

a história precisava de uma metodologia e um aporte teórico próprios, pois estava ali se construindo um novo campo do saber. Aqui também entrou a profissão do historiador, que foi reconhecido como um profissional pesquisador e estava sendo formado pelas universidades. Os historiadores, do período em questão, precisavam fazer o exercício da produção historiográfica, ao mesmo tempo em que as metodologias estavam sendo discutidas e aplicadas. Assim, as produções desse período, que marcaram essa transição, estavam alicerçadas no positivismo, materialismo histórico e historicismo.

Nessa transição dos séculos, a formação dos Estados-nação foi igualmente vivenciada, juntamente com a discussão sobre o conceito de nação e, portanto, ficou com a história o encargo de produzir uma memória coletiva que unificasse e fortalecesse esse sentimento nacionalista. No Brasil, com a fundação do Instituto Histórico, duas problemáticas ficaram sob a responsabilidade dos membros do grêmio: a primeira foi escrever uma história *oficial*, em um momento que a própria ciência histórica estava sendo construída; e a segunda foi construir uma memória histórica em um país, que também estava dando os seus primeiros passos como Estado independente.

O IHGB toma para si a função de escrever a *história oficial*, deixando assim como uma data mais precisa o início dos estudos históricos no Brasil. Contudo, a maneira como será feita essa história entra em discussão nas primeiras reuniões da instituição. O problema central era construir uma metodologia que desse conta de produzir essa história. Essa metodologia tinha que levar em consideração a diversidade populacional brasileira e as regionais. “A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao Iluminismo.” (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Os preceitos do Iluminismo vão influenciar as produções do IHGB por grande parte do século XIX, além disso, a ideia de civilidade marca as produções historiográficas. Nesse pensamento, há particularidades que não combinam com a imagem real do país, ou seja, o pensamento histórico dos membros do grêmio carioca trazia o homem branco, católico e conservador. Esse “fardo” estava nas mãos de uma elite letrada, que acreditava no caminho da homogeneização.

A referência desses estudiosos, para a criação/legitimação de uma ideia de nacionalidade e nação brasileiras, é a Europa, que estava escrevendo sob influência

do romantismo, buscando no período medieval suas raízes, para que pudessem construir a história da nação. Isso porque o IHGB era fortemente influenciado pelas correntes eurocêntricas, incluindo a relação com o Instituto Histórico de Paris. A história que começa a ser produzida pelo Instituto tem forte influência iluminista e teológica⁶. Como o Brasil não teve um período medieval, a preocupação era pensar a cronologia que precisaria ser feita.

A projeção histórica que foi posta em prática voltou-se para uma história nacional, sem rupturas com o período colonial. Nesse sentido, a chegada de Portugal nas terras brasileiras foi o ponto de partida para começar a contar a história do Brasil. O intuito foi construir uma história relacionando o passado e o presente, como se este último fosse resultado “natural” do primeiro para chegar a uma memória nacional brasileira.

Em outras palavras, parece que todo o passado ocorreu em função – ou na perspectiva – deste presente. É como se tudo anteriormente tivesse existido, ou ocorrido, para que este momento presente viesse a ocorrer. Assim, o passado passa a existir em função do próprio presente. (KARVAT, 2005, p. 60).

Ao tomar como referência o passado colonial x presente monárquico, o objetivo era também camuflar os acontecimentos que marcaram o período Regencial. Desse modo, o Instituto recorreu a um período que não estivesse na memória recente, levando assim a pensar na união⁷ entre “brasileiros e portugueses para dar ao país uma continuidade não marcada pelos elementos desagregadores do passado recente, que tanto assombravam os pensadores que compunham esse grêmio.” (BARBATO, 2011, p. 43). A construção de um sentimento nacionalista precisava ser de harmonia e civilidade, portanto, deixar espaços para as revoltas não era concebível.

Aqueles que estavam responsáveis por idealizar a história da nação tinham ciência da necessidade de utilizar as fontes históricas e as interpretações apropriadas para esse processo. Schwarcz (1993) fala como foi de certa forma inusitado esse posicionamento da instituição, por que houve um rigor com a documentação que seria utilizada e um cuidado com a divulgação dessa documentação. Cabe destacar que a Revista do IHGB surgiu praticamente no mesmo momento da Instituição, em 1839, e

⁶ Essa teologia está partilhada pela ideia de um ser produtor do conhecimento, logo a perspectiva aqui utilizada seria a ideia atribuída ao historiador através do seu ofício.

⁷ Deve ser observado que as revoltas, no período colonial, foram camufladas por boa parte do período da história feita pelo IHGB.

através dela foi feita a publicação de documentos e até mesmo traduções dessas fontes.

O historiador Karvat (2005) discute como houve a defesa de uma história neutra e objetiva. Essa neutralidade nas produções históricas era defendida em outras escolas que dominaram e surgiram durante o século XIX: a Escola Metódica e a Escola Alemã. A neutralidade defendida por esses intelectuais foi posta à prova quando se percebeu ser o Estado o principal beneficiado. Na Alemanha, a história nacional também foi construída a partir da elite econômica (HOBSBAWM, 1991). No Brasil, essa neutralidade foi ainda mais questionável, pois, como discutido anteriormente, a elite imperial ocupava os lugares no IHGB e, inclusive, D. Pedro II foi o protetor do Instituto desde a sua fundação, em 1838, e ficou até 1889, quando vai para o exílio. Somado a esses fatos, o governo imperial foi responsável por 75% dos recursos do instituto (GUIMARÃES, 1988).

6.1 O início da produção da história nacional

Para começar a produção historiográfica da RIHGB, um concurso foi realizado em 1840, com o objetivo de que as dissertações dos participantes criassem um plano sobre como deveria ser feita/escrita a história do Brasil. O vencedor do concurso teria sua dissertação publicada na RIHGB e ganharia 200:000\$ (duzentos mil réis). Assim, o vencedor foi o alemão, Carl Fredrick Philipp Von Martius, que publicou a dissertação como se deve escrever a “Historia do Brazil”.

O trabalho de Martius é um marco para a historiografia brasileira, porque muitos membros do instituto se basearam nele para a construção da história nacional. Porém, a historiografia presente em sua obra deve ser questionada, José Carlos Reis (2007) defende que as ideias sobre as três raças colocadas pelo vencedor do concurso foram os alicerces para o mito da democracia racial no Brasil.

A dissertação, escolhida como vencedora pelo IHGB, é dividida em 5 partes: As ideias gerais sobre o Brasil; Os Índios (a raça cor de cobre) e sua história como parte da História do Brasil; Os Portugueses e a sua parte na História do Brasil; A raça Africana em suas relações para com a história do Brasil; e a última parte que discute

a relação do historiador com a História do Brasil, sobre a forma que deve ter uma história do Brasil.

Em “As ideias gerais sobre o Brasil”, Martius fala sobre as três raças aqui existentes e é possível perceber em seu discurso um catolicismo a partir do qual se justifica os acontecimentos através da religiosidade:

Tanto a historia dos povos quanto a dos individuos nos mostram que o genio da historia (do Mundo), que conduz o genero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de crusar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. (MARTIUS, 1844, p. 384).

No trecho acima, essa visão ligando os fatos históricos é muito presente, sendo utilizada para explicar como as três raças vivem de forma harmônica e conseguem manter uma ordem social. Dentro da perspectiva religiosa, ele orienta também como o historiador, ao olhar para a construção racial, deveria ter em mente a concepção divina, pois ela seria a saída e o requisito para um historiador daquele período.

Além da religiosidade, havia a indicação de como as ditas “raças inferiores”, indígenas e negros, deveriam ser abordadas e, conseqüentemente, entrarem na história, pois elas igualmente formam o social. Contudo, no próprio texto dele é perceptível a aversão a essa ideia, pois os portugueses/brancos são colocados diretamente como superiores e condutores da colonização que levou a civilidade para essas raças.

Do português, seriam herdados o espírito conquistador e descobridor, capacitando o brasileiro como independente, sendo este o mais importante elemento constitutivo. Os indígenas e negros teriam colaborado com o desenvolvimento físico e, em menor escala, também moral e civil da população. (ARMOND, 2016, p. 29).

O cientista político, Víctor Ribeiro Leivas Dias Ferreira Armond, analisa como essa perspectiva das três raças, defendida por Martius, coloca na história a visão de um país mestiço e que essa é uma característica que difere o Brasil das outras nações. Entretanto, essa diferença não vem a ser negativa, pois isso deixa o país como um herdeiro lusitano. Entretanto, quando menciona o negro e o indígena, a sua visão é de que ambos foram beneficiados pelo trabalho filantrópico feito pelos brancos, os portugueses, que fizeram o favor de levar a civilidade a esses povos. O discurso proferido pela parcela branca do período não levou em conta justamente a linguagem indígena tanto estudada pela Instituição e as marcas deixada na Língua Portuguesa. Naquele contexto,

o conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do outro, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção. (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Além da questão racial, Martius (1844) ponderava que o historiador, ao se dispor a escrever sobre o Brasil, precisaria levar em consideração os lugares existentes, ou seja, nessa questão ele se referia às paisagens e ao clima tropical que tem o país. É narrado brevemente como foi viajar e conhecer as províncias e como era necessário fazer esse percurso, pois, somente assim, quem estivesse disposto a escrever sobre a história do Brasil conseguiria mapear a população e o território brasileiro. O interesse era inserir na escrita da história o olhar da beleza tropical, mostrando para a Europa as características naturais do país.

Em “Os Índios (a raça cor de cobre) e sua história como parte da História do Brasil”, Martius (1844) enfatiza o importante papel do indígena para se entender o Brasil, não no período de 1800, mas no momento antes da chegada dos portugueses. Para ele, havia algo de místico nas tribos indígenas, e esse misticismo se referia à grande incógnita centrada na história dessa parte da população.

Dessa forma, havia uma ideia posta aqui oriunda das antigas concepções históricas, ou seja, o pensamento de que a história de um povo só pode ser interpretada através de fontes primárias. Martius (1844) sinalizou duas vertentes para a concepção do povo indígena: o pensamento que a história desse povo estaria encoberta pelas trevas, porque é algo rodeado de mistérios; e a imagem de que talvez tenha existido uma grande civilização que desapareceu antes ou depois da chegada dos portugueses. Para resolver essas questões em torno dos povos indígenas, Martius aconselha aos historiadores brasileiros que aprendam a Língua Tupi.

A língua principal fallada outr'ora pelos indios do Brazil em vastissima extensão, e entendida ainda em muitas partes, é a lingua Geral ou Tupi. E' sem duvida muito significativo que um grande complexo de raças Brasileiras entendam este idioma. Assim como no Perú com as linguas Quichua e Aymará que se extendiam sobre vastissimos territorios, aconteceu no Brazil com a lingua Tupi; e não podemos duvidar que todas as tribus, que n'ella sabem fazer-se intelligiveis, pertençam a um unico e grande Povo, que sem duvida possuia a sua historia própria. (MARTIUS, 1844, p. 392).

Os estudos da língua Tupi poderiam levar a grandes descobertas, pois havia muitas incógnitas sobre esses povos indígenas. Nesse sentido, na concepção de

Martius era preciso para os estudos da nação entender esses povos que estavam aqui. É relevante ressaltar que essas ideias giraram em torno de uma visão de que o índio foi passivo durante o processo da colonização. Mais à frente, o historiador coloca como o indígena fora importante para a conquista do território, mostrando ou romantizando a relação entre portugueses e indígenas. A romantização⁸ que entra e justifica a era romântica, como também a literatura.

A relação da dissertação intitulada “Os Portugueses e a sua parte na História do Brasil”, se dá no campo do branco salvador e conquistador. Em seu trabalho, Martius (1844) entende a colonização portuguesa como uma emigração pois, para ele a população portuguesa deixara sua terra e sua cultura para vir às terras de Santa Cruz submeter-se a um donatário. Assim sendo, a história deveria considerar as navegações marítimas como uma grande façanha marítima, afinal os portugueses tiveram que desbravar terras desconhecidas. O historiador destaca o desbravamento no interior do país, como dito nos parágrafos acima, e menciona que o avanço português só foi possível por causa da aliança com os indígenas.

Ao falar sobre esse avanço nas terras brasileiras, é lembrada também a exploração do ouro, mas em nenhum desses momentos houve a interpretação de ter sido uma exploração e que o enriquecimento da Coroa Portuguesa se deu por meio da invasão de territórios indígenas. Além disso, a palavra escravidão foi encontrada no texto, porém ela foi colocada sem um significado próprio, ou seja, ela foi deixada ali ao acaso ou como algo sem importância, que não tinha relação com o momento em que ele produziu a dissertação e estava sendo vivenciado pela população preta.

O historiographo do Brazil ver-se-ha arrastrado por taes observações a jamais perder de vista, na historia da Colonisação do Brazil, e do seu desenvolvimento civil e legislativo (que acompanhava aquella ao mesmo passo), os movimentos do Commercio Universal de então, e encorporal-os mais ou menos extensamente à sua historia. Elle deverá tratar das differentes vias commer cines, conduzindo ou pelo Mar Roxo, ou ao redor do Cabo de Boa Esperança, e da influencia que taes vias exerceram sobre o valor de cada um dos productos e seus preços, conforme a sua conducção por mar ou por terra. (MARTIUS, 1844, p. 391).

O historiador deve ver o colonizador como alguém que acrescentou algo para a civilização e o legislativo, assim Martius defende o que deve ser feito ao analisar o

⁸ Dentro do IHGB não se tinha uma visão clara sobre como pensar o índio, uns levavam para o lado romântico e católico da história, outros para uma questão evolucionista e positivista, mesmo assim ele era visto como um símbolo nacional.

português. Afinal, foi com grandes esforços que isso foi posto em terras tão distantes, o jeito “correto” de relação comercial e relação social, ou seja, foi através de muito esforço que os portugueses conseguiram colocar em terras tão distantes o jeito correto de se relacionar comercialmente e socialmente. Martius (1844) ainda menciona em sua dissertação como as relações marítimas portuguesas influenciaram e deixaram, no período de 1800, boas relações comerciais, pois foi através deles que a Terra de Santa Cruz foi capaz de desenvolver seu mercado externo.

Por essa perspectiva, nos escritos de Martius, é fácil perceber a tentativa de preservar a Coroa Portuguesa de uma construção histórica negativa. Em sua narrativa fica claro o eurocentrismo e a justificativa de todas as ações de Portugal em sua colônia americana. Na verdade, ele aponta exatamente esse caminho para os historiadores brasileiros, a ideia de levar a construção da história nacional para mais perto possível da Europa.

Quando trata sobre “A raça Africana em suas relações para com a história do Brasil”, o trabalho de Von Martius se resume em dois parágrafos. Contudo, o segundo não precisa nem ser considerado, já que a fala ali presente nada agrega à história do Brasil. Talvez, ao discorrer sobre as grandes realizações portuguesas em terras que precisavam da intervenção europeia seja útil.

Não ha duvida que o Brazil teria tido um desenvolvimento muito differente sem a introduccão dos escravos negros. So para o melhor ou para o pior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido occasião de ponderar todas as influencias, que tiveram os escravos Africanos no desenvolvimento civil, moral e politico da presente população. (MARTIUS, 1844, p. 402).

Essa colocação de Von Martius vai vigorar durante décadas dentro do IHGB, pois entra em discussão o que teria acontecido se não fosse o processo escravista, uma vez que a visão que se tinha sobre os negros no Instituto era bem distante daquela relacionada ao indígena. Schwarcz (1993) assinala que o indígena, mesmo com a divisão de ideias, era visto como um símbolo nacional e até romantizado, já o preto era visto como um atraso dentro da sociedade. Guimarães (1988) levanta a temática que dentro do grêmio havia um tom acusatório sobre a questão escravista, se caso ela não tivesse existido, não ocorreria um atraso social no Brasil.

Sobre a forma que deve ter uma “História do Brasil”, o último ponto do texto, Martius fala sobre a produção em si dos escritos pertinentes à criação da pátria brasileira. Nessa parte, ele volta a falar sobre a importância de Portugal na construção

da nação e como não pode ser deixado de lado. Entretanto, a questão central é a regionalidade:

Para um tal trabalho, segundo certas divisões geraes do Brazil, parece-me indispensavel que o historiador tivesse visto esses paizes, que tivesse penetrado com os seus proprios olhos as particularidades da sua natureza e população. Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos historicos que tiveram lugar em qualquer das partes do Imperio, explical-os pela particularidade do solo que o homem habita; e collocal-os em um verdadeiro nexu pragmatico para com os acontecimentos na vizinhança. (MARTIUS, 1844, p. 403).

Por fim, as viagens feitas pelo país foram defendidas pelo historiador, pois serviriam para conhecer e entender as histórias regionais, bem como escrever uma História Geral. Nesse sentido, a intenção de produzir uma narrativa que fosse abrangente em um território tão vasto, se mostrou complicado. Dessa forma, a proposição era fazer a produção das histórias regionais, mas que levassem a uma história da nação, ou seja, uma história única e nacional. Além das produções, Martius era defensor da ideia de utilizar o visual no sentido de se tentar ver nas províncias as marcas do passado, para que na escrita do historiador pudesse perceber o passado também de maneira visual.

7 A REVISTA DO IHGB

A Revista do IHGB começou suas publicações em 1839, com o nome “Revista Trimensal de História e Geografia” ou “Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, não se tem uma explicação sobre o título do Jornal, talvez se deva pela recente fundação e as incertezas sobre suas publicações. Ao longo dos anos, a revista mudou de nome, pelo menos, três vezes, ou seja, o nome “jornal” foi retirado e permaneceu somente “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, e depois “Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil”, esse último permaneceu até quase o fim do Império. Atualmente, o nome é “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Contudo, cabe registrar que essas diferentes nomenclaturas do periódico não afetaram as suas publicações nem a organização da editoração.

A revista é o reflexo direto da instituição, logo é a partir dela que as atas e os caminhos para a produção acadêmica são postos. O periódico vem para dar base aos objetivos do grêmio, ou seja, “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil.” (EXTRACTOS..., 1839, p. 18). É nesse caminho que a revista vai seguir, desde seu primeiro tomo. Na primeira edição do periódico já é possível encontrar material para fazer entender esse processo: o discurso elitista que dali sairia, os objetivos da Instituição, a organização administrativa do IHGB (é possível encontrar as atas de reunião da instituição nos tomos) e os textos ligados às pesquisas historiográficas e geográficas. Como a quantidade de material publicado era muito vasta, em 1864 é informado que haveria mudanças na maneira de se publicar essas produções.

Para maior commodidade dos leitores será d'oravante publicada a Revista do Instituto em duas partes, com-prehendendo a primeira os documentos relativos no Brazil, e a segunda os trabalhos de socios, as actas das sessões ordinarias, os discursos do presidente, d'orador e o relatorio do 1º secretario com os documentos anexos. (ADVERTÊNCIA, 1864, p. 3).

Essa divisão foi posta em prática justamente após a publicação da revista de 1863, que possui um total de 900 páginas. Desse modo, mesmo que fosse de praxe o volume da revista, porque ocorria a publicação de livros, a quantidade absurda de informação dificultava o entendimento de quem acompanhava. O interesse de publicar diversas literaturas tinha o objetivo de levar os historiadores a utilizarem as fontes e tornar públicas, para as gerações seguintes, essas informações. Essa divisão, já se fez presente no tomo XXVII, porém por muito tempo ocorreu a mistura das informações e, portanto, não é incomum encontrar obras publicadas no volume que deveria conter apenas os trabalhos produzidos.

Cabe destacar o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, que, no levantamento feito, é mencionado uma única vez, contudo há muita contribuição do mesmo para a Instituição em relação ao envio de fontes da Torre do Tombo⁹, traduções, publicação de biografia e juízos sobre obras. Desse modo, levando em conta essa questão de recolhimento de fontes para os estudos históricos, isso fica nítido na “Lembrança”, publicada em 1868, que abordou sobre as questões de envios de documentação para o acervo da Instituição, assim como assuntos relacionados à

⁹ Arquivo do Estado de Portugal que reúne diversos documentos históricos do seu país sede e das antigas colônias.

Língua Tupi. Nesse sentido, além dos trabalhos diretamente direcionados sobre a produção histórica, era de primordial interesse a coleta de fontes.

3º. Copias authenticas de documentos interessantes á historia do Brasil; e extractos de noticias compiladas das secretarias, archivos e cartorios, tanto civis como ecclesiasticos.

6º. Descripções do commercio interno e externo da provincia; sua industria e literatura; principaes productos; navegação e estradas; fundação, prosperidade ou decadencia das suas povoações. (LEMBRANÇA, 1869, p. 479).

Com essa prática permanente de arquivar e publicar informações sobre a história do Brasil, na década de 1880 já existia uma quantidade absurda de informação e, conseqüentemente, a necessidade de construção de um índice foi colocada em discussão (ACTA..., 1884). Em 1888, um índice geral da revista foi publicado e tal feito mostrou como o desenvolvimento do grêmio permitiu mapear e arquivar conhecimento sobre a História do Brasil. Um adendo a esse feito é que o interesse era organizar e tentar ajudar aqueles que se debruçavam/debruçam sobre a revista, porém há uma mistura de fontes primárias e secundárias, como também áreas de conhecimento, sem falar que não existe uma lógica de publicação, não há no índice uma ordem alfabética ou data de publicação. A organização está subdividida por províncias.

Nas publicações da revista, encontramos algo curioso: a questão da memória nas publicações. Essas memórias podem estar nomeadas como “*Memória*” ou “*Memória histórica*”. Tais publicações tinham o interesse de construir uma unidade em relação às memórias de eventos ocorridos antes e depois da Independência. Sobre a Guerra dos Holandeses, por exemplo, o que se percebe é uma tentativa de mostrar que mesmo antes da Independência já existia um sentimento patriótico ali. É bem perceptível essa ideia, quando olhamos também para a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai.

As construções da Guerra do Paraguai requerem ainda mais atenção. No início, a instituição não falava de eventos contemporâneos, isso mudou quando Januário Cunha faleceu e com o surgimento cada vez mais necessário de se falar sobre eventos recentes. A Guerra com o país vizinho foi uma delas. É importante ressaltar também o papel do Imperador D. Pedro II, que continuou financiando despesas do Instituto, mesmo com os gastos da guerra, deixando a instituição ainda mais sentimentalista com relação ao Imperador.

O interessante dessas memórias é que elas não se apresentam como uma característica de historiografia, e sim como relatos memorialistas, como se fosse um diário. Era fato o claro interesse de construir uma memória, de tal forma que aqui ela se mostra como uma construção social (MORIGI; ROCHA; SEMENSATTO, 2012) e se relaciona com um jogo de interesses.

A revista tem o papel de mostrar para a sociedade brasileira e europeia a identidade nacional, pautada na civilidade e na homogeneidade, conforme iniciado por Von Martius. Em contramão a essa ideia se tem o dado de que “em 1870, ou seja, já um tempo após o auge do movimento, o Brasil contava com 84,25% de analfabetos. Em 1872, apenas 0,01 da população possuía educação superior.” (ADAMEC, 2014, p. 148). Então, essa escrita de construção de uma nacionalidade era completamente voltada para a elite e excluía boa parte da população. Por essa perspectiva, a historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães registra que “Nas cinco primeiras décadas de circulação, a revista publicou 1051 títulos, afora as atas de sessões e demais papéis relativos à administração interna do Instituto.” (GUIMARÃES, 2012, p. 42).

7.1 História do Brasil e a nação

Ao constatar a densidade da fonte, foi preciso fazer um recorte para viabilizar a pesquisa. Assim, partindo da análise do conteúdo, a opção esteve centrada em separar as produções historiográficas que eram diretamente relacionadas à História Geral do Brasil. Esse levantamento foi feito considerando as dissertações, o programa histórico do Instituto e os discursos produzidos pelos sócios direcionados a essa temática.

Dos 81 tomos investigados, foram mapeadas 35 obras que falam e tentam construir uma História Geral para o Brasil. Esse recorte se dá porque era justamente esse o principal interesse da instituição, ou seja, construir uma história geral da nação.

Com esses resultados em mãos é possível perceber como as mudanças ocorreram na construção da história nacional. Em um primeiro momento, temos uma elite que não estava habituada com a escrita historiográfica e questões mais complexas, a exemplo de lidar com um território de proporções continentais. Raymundo José da Cunha Mattos discute isso em sua dissertação:

Como será possível escrever uma historia philosophica do povo do Brasil, antes de levar ao cadinho da censura mais severa o immenso fardel de escriptos inexactos, insulsos, indigestos, absurdos e fabulosos anteriores ao anno de 1822 em que unicamente se imprimia em Portugal, e rarissimas vezes no Brasil, aquillo que um governo desconfiado, uma inquisição intolerante, um Ordinario sem criterio, uma mesa da commissão sobre a censura dos livros permittiam que fosse publicado? (MATTOS, 1863, p. 125).

Nesse trecho, ele comenta sobre a censura sofrida por aqueles que tentassem escrever sobre o Brasil. Uma obra que arriscasse falar sobre os habitantes da colônia ou sobre a economia da Terra de Santa Cruz era vista como crime de Lesa-Majestade.¹⁰ Afinal, uma colônia que tomasse ciência de sua história, seu território e seus habitantes não seria muito interessante, visto que poderia ocorrer um entendimento de si mesmo e se rebelar contra o colonizador. Mattos (1863), usando como base essa censura sofrida, remete ao fato da escassez de escritores brasileiros, já que não tinham tido a oportunidade de se construir essa habilidade no período colonial.

Todavia, em 1850, a mudança da forma de ingresso na Instituição resultou na cobrança em relação ao domínio da escrita. Em 1853, o romancista Joaquim Manuel de Macedo se tornou o primeiro secretário do grêmio e ficou nesse cargo até 1856. Ele não foi o único romântico no Instituto, que contava também com Domingos José Gonçalves de Magalhães, precursor da era romântica no Brasil.

A historiografia do IHGB é tida como uma teoria histórica romântica, não por seus escritores, mas sim pelas ideias que foram construídas. Apesar de todos os problemas envolvendo os indígenas, no que concerne à representação que se daria a estes na história. A atribuição do índio como um herói foi criada, porém esse “índio” foi idealizado a partir de um herói medieval europeu e, portanto, não tinha uma relação verdadeira com os povos indígenas. A tentativa era construir uma identidade tida como brasileira, cuja referência estava centrada nos povos brancos europeus.

Embora o indígena apareça muito nessa tentativa de construção da identidade nacional, ele é tido e visto como um ser passivo, que aceitava de forma pacífica a colonização portuguesa. Ao falar desses povos, uma conexão automática era feita com os jesuítas. Por essa perspectiva, a catequização indígena é sempre representada como algo positivo e relacionada ao salvamento desses povos, pois não

¹⁰ Crime cometido por quem fosse contra as ordens do rei, ou seja, contra a Coroa Portuguesa. As obras que falassem sobre a economia e a política da colônia poderiam ser enquadradas na lei, se fossem interpretadas como crítica ao colonizador

se submeteram ao seu lado selvagem e conseguiram suprimir essa adversidade. De tal modo, a ideia de uma relação entre o salvamento indígena pela fé cristã e seus salvadores, que trouxeram a civilização para essa parte do continente, nesse caso os portugueses, foi edificada.

Com o indígena ocorria uma linha tênue, que transitava entre selvagem/herói. Desse modo, a historiadora Mariana Dantas acaba pontuando sobre como ocorre essa divergência dentro do IHGB: “Uma questão que se sobressai na análise das perspectivas dissonantes dos historiadores do IHGB diz respeito às fontes utilizadas. Teriam lido e interpretado os mesmos documentos?” (DANTAS, 2022, p. 333). Martius (1844) tinha a ideia de mesclar e pesquisar sobre os indígenas, colocando os povos como parte da identidade do Brasil, mas Mattos (1863) se posicionava de maneira bem peculiar, apontando que os indígenas eram inferiores e que não deveriam ter tanta atenção na construção da identidade nacional.

A maior parte dos índios é demasiadamente estúpida, quasi todos são pessimos interpretes, e os chamados mansos e civilizados, tem até certo ponto perdido a sua linguagem. principalmente quando em uma aldea vivem índios de nações diversas como succede nas da provincia de Goyaz, e em as de Oeste das Minas Geraes. (MATTOS, 1863, p.136).

Se para ele, os indígenas não mereciam tal local, sobre os negros nem se falava nesse momento. As duas obras presentes no levantamento fazem parte das raríssimas aparições dos negros. Em uma sociedade ainda escravista, dominada pelo racismo darwinista, essa parcela da população foi silenciada e deixada de lado.

As especificidades de uma população heterogênea, num meio tropical, se tornariam assim os principais trunfos e fraquezas da nova nação. A presença de populações não brancas e a mestiçagem se firmaram como principal questão a ser abordada e resolvida quando o assunto era a identidade nacional e o direcionamento do Brasil à civilização e modernidade. (ADAMEC, 2014, p. 153).

A construção da mestiçagem ficou um pouco inviabilizada, justamente pelas questões da população negra que ainda era escrava. Miriam Dolhnikoff (2017), ao explicar sobre a construção da Constituição de 1824, menciona sobre o debate acerca das condições da cidadania e quem seriam esses cidadãos, sendo definido que os escravizados e libertos poderiam ser considerados como brasileiros. Porém, a maior parte ainda estava na condição de escravo.

Entre 1839 e 1862, os historiadores tentaram definir um povo para o Brasil. Benedict Anderson fundamenta que a nação tentou criar laços entre sua população,

um caminho seria mostra que “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal.” (ANDERSON, 2008, p. 36). Assim, foi sob essa perspectiva que boa parte dos intelectuais tentaram trabalhar. Como é possível observar no quadro abaixo, nesses primeiros anos, a preocupação de quem seria esses cidadãos parecia bem clara.

Quadro 2 – Os povos da nação brasileira com base nos trabalhos publicados no IHGB (1839-1862).

Tomo	Ano	Obra e autor	Localização do artigo na fonte
I	1839	Programma Historico: O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das ideas de illustração, que em differentes épocas se manifestaram em o nosso continente, por José Feliciano Fernandes Pinheiro – Visconde de São Leopoldo (ÍNDICE, 1839, p. 304-306).	61-76
I	1839	Programma Se a introdução dos escravos Africanos no Brazil embaraça a civilisição dos nossos indígenas, por Januario da Cunha Barbosa (ÍNDICE, 1839, p. 304-306).	123-129
I	1839	Discurso sobre a palavra Brazil, por José Silvestre Rebello (ÍNDICE, 1839, p. 304-306).	232-237
II	1840	Discurso sobre a palavra Brasil, por José Silvestre Rebello (ÍNDICE, 1840, p. 644-647).	636-641
III	1841	Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das linguas indigenas do Brasil, por Francisco Adolpho de Varnhagen (ÍNDICE, 1841, p. 551-554).	53-64
III	1841	Programma. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possivel de documentos relativos à Historia e Geographia do Brasil?, por Sr. Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes (ÍNDICE, 1841, p. 551-554).	149-158
IV	1842	Programma Qual era a condição social do sexo indígena entre os indígenas do Brasil?, por José Joaquim Machado de Oliveira (ÍNDICE, 1842, p. 37-39).	168-207
VI	1844	Como se deve escrever a Historia do Brazil?, por Carlos Frederico Ph. De Martius (ÍNDICE, 1844, p. 48-52).	381-404
VI	1844	Programma "Se todos os Indigenas do Brazil, conhecidos até hoje, tinham idéa de uma unica Divindade, ou se a sua Religião se circumscrevia apenas em uma mera e supersticioss adoração de fetiches; se acreditavam na immortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribus? No caso da affirmativa, em que differençavam elles entre si?", por José Joaquim Machado de Oliveira (ÍNDICE, 1844, p. 48-52).	133-155
VIII	1846	Os orizes conquistados; ou noticia da conversão dos indomitos Orizes Procazes, povos habitantes e guerreiros do sertão do Brazil; na qual se descreve tambem a aspreza do sitio da sua babitação, a cegueira de sua	494-512

		idolatria, e barbaridade dos seus ritos; por José Freire Monterroio Mascarenhas (ÍNDICE, 1846, p. 559-561).	
XI	1848	Discurso sobre a necessidade de se protegerem as sciencias, as letras e as artes no Imperio do Brazil, por José Feliciano de Catilho (ÍNDICE, 1848, p. 552-554).	259-266
XII	1849	Dissertação historica, ethnographica e política sobre as tribus aborigenes que habitavam a provincia da Bahia ao tempo em que o Brazil foi conquistado; sobre as suas matas, madeiras e animaes que a povoavam, por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva (ÍNDICE, 1849, p. 558-560).	143-258
XII	1849	Memoria que tem por objecto revindicar para a Nação Brasileira a gloria da invenção das machinas aerostáticas, por Francisco Freire de Carvalho (ÍNDICE, 1849, p. 558-560).	336-361
XV	1852	Sobre o descobrimento do Brazil. por Joaquim Norberto de Souza Silva (ÍNDICE, 1852, p. 607- 608).	125-204
XIX	1856	Plano sobre a civilisação dos Indios no Brazil, e principalmente para a capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Moniz Barreto (ÍNDICE, 1856, p. 177-179).	33-90
XIX	1856	Breve Reflexões sobre o atema de catechese seguido pelos Jesuitas no Brazil, por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (ÍNDICE, 1856, p. 177-179).	379-382
XIX	1856	Reflexões sobre as primeiros épocas da Historia do Brazil em geral e sobre a institueso das capitancias em particular, por Caetano Alves de Sousa Filgueiras (ÍNDICE, 1856, p. 177-179).	383-422
XXIII	1860	Os indigenas do Brasil perante a Historia, por Domingos José Gonçalves de Magalhães – Visconde de Araguaia (ÍNDICE, 1860, p. 747-749).	3-66
XXIII	1860	O Brasil Hollandez. Estudo historico, por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (ÍNDICE, 1860, p. 747-749).	67-112
XXV	1862	Dúvidas sobre alguns pontos da historia-patria. Memoria, por Joaquim Manoel de Macedo (ÍNDICE, 1862, p. 767-769).	3-41

Fonte: Autoria própria

Ao analisar o levantamento, é possível perceber que a nação brasileira foi construída por portugueses e indígenas. Para os membros do IHGB, colocar os negros não parecia uma boa ideia, visto a condição de escravo. Varnhagen defendia a ideia de que os portugueses deveriam ser representados na história, por que o indígena era um selvagem e os negros não pertenciam a essa terra (GONÇALVES, 2010, p. 10)

À medida que D. Pedro II construía seu legado como Imperador, as discussões sobre a história da nação tomaram outros caminhos, fortalecendo a composição da história contemporânea. A construção da história do Imperador também é colocada em prática, para mostrar ao mundo como o Império era bem administrado e conhecedor das ciências (ACTA...,1889).

Contudo, no período de 1863 até 1889, é perceptível o desaparecimento dos indígenas e dos negros desse cenário, ficando somente a relação da história contemporânea e a colonização portuguesa (quadro 3).

Quadro 3 – Trabalhos publicados no IHGB relacionados à construção da História Geral do Brasil (1863-1889).

Tomo	Ano	Obra e autor	Localização do artigo na fonte
XXVI	1863	Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do imperio do Brasil, por Raymundo José da Cunha Mattos (ÍNDICE, 1863, p. 985-987).	121-144
XXXIII	1869	A Constituição do Brasil, por Manuel Duarte Moreira de Azevedo (ÍNDICE, 1869, p. 367-369).	71-112
XXXIV	1871	Discussão historica. O que se deve pensar do systema de colonisação adoptado pelos portuguezes para povoar o Brasil?, por Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello – Barão Homem de Melo (ÍNDICE, 1871, p. 451-453).	102-112
XXXIV	1871	Discussão historica. O que se deve pensar do systema de colonisação seguido pelos portuguezes no Brasil?, por José Feliciano Fernandes Pinheiro – Visconde de São Leopoldo (ÍNDICE, 1871, p. 451-453).	113-124
XXXVII	1874	Motins politicos e militares no Rio de Janeiro. Preludios da Independencia do Brasil, por José Feliciano Fernandes Pinheiro – Visconde de São Leopoldo (ÍNDICE, 1874, p. 523-529).	341-366
XXXIX	1876	Notas sobre a historia pátria. Primeiros tempos da descoberta do Brasil, por Candido Mendes de Almeida (ÍNDICE, 1876, p. 566-567).	5-24
XL	1877	Notas para a historia patria. Segundo artigo. Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel de Cananéa?, por Candido Mendes de Almeida (ÍNDICE, 1877, p. 619-620).	163-248
XL	1877	Notas para a historia patria. João Ramalho, o bacharel da Cananéa, precedeu Colombo na descoberta da America?, por Candido Mendes de Almeida (ÍNDICE, 1877, p. 619-620).	277-374
XLI	1878	Notas para a historia patria. Porque razão os indigenas do nosso littoral chamavam aos francezes Maírs, e aos portuguezes Perú?, por Candido Mendes de Almeida (ÍNDICE, 1878, p. 533- 535).	68-130
XLII	1879	Notas para a historia pátria. A catastrophe de João Bolés foi uma realidade?, por Candido Mendes de Almeida (ÍNDICE, 1879, p. 369-370).	141-206
XLIV	1881	O Tiradentes perante os historiadores oculares do seu tempo, por Joaquim Norberto de Souza Silva (ÍNDICE, 1881, p. 498-499).	131-160
XLV	1882	Memoria sobre o melhor plano de escrever a historia antiga e moderna do Brazil, por Henrique Júlio de Wallenstein (ÍNDICE, 1882, p. 536- 537).	159-161

XLV	1882	Chegada da Família Real Portuguesa á provincia da Bahia em Janeiro de 1808, por Joaquim Pires Machado Portela (ÍNDICE, 1882, p. 536-537).	5-12
XLV	1882	Povoação do Brazil relativamente á origem e influencia dos primeiros povoadores portugueses nos costumes nacionais, por José Silvestre Rebello (ÍNDICE, 1882, p. 536-537).	327-351
LII	1889	Questões a estudar em relação aos principios de nossa historia, por Guilherme Schüch – Barão de Capanema (ÍNDICE, 1889, p. 573).	499-510

Fonte: Autoria própria

Nesse momento, uma história nitidamente eurocêntrica foi construída. Os povos que apareceram nos primeiros anos perderam seu lugar, logo, o foco agora era escrever sobre quem trouxe a civilização para o Brasil, além de colocar grandes momentos da história contemporânea. Assim,

compreendida como a narração da obra intelectual da humanidade, a prática historiográfica do Instituto buscava registrar na epopéia da civilização ocidental um sentido único da trajetória histórica do Brasil que privilegiava a legitimação da monarquia brasileira estabelecida pela Constituição de 1824. (GONÇALVES, 2010, p. 13).

A construção da história nacional vem de um discurso de pessoas que pareciam não querer perder o seu posto na elite, portanto, o “discurso é ao mesmo tempo controlado, selecionado, organizado e redistribuído.” (FOUCAULT, 1996, p. 5). Desse modo, a nacionalidade brasileira saiu de padrões eurocêntricos e ao mesmo tempo local. O IHGB fazia suas tiragens sobre as regiões do Brasil, simultaneamente ao surgimento de instituições locais, como: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) e Instituto Geográfico e o Histórico da Bahia (IGHB)¹¹. No início da instituição, houve a tentativa de moldar a nacionalidade para controlar os levantes separatistas. Contudo, quando esses se resolveram ao longo do Império, os moldes de tentar uma pacificação entre as raças perderam lugar, até porque as questões sobre o processo de abolição estavam em jogo. Então, terminou ficando a percepção civilizadora e a premissa do branco salvador.

O historiador Michel de Certeau (1982) discute como as produções historiográficas desse período giraram em torno de três coisas: “os ‘negócios’ (uma prática), os ‘Grandes’ (um poder), uma ‘ordem’ (uma razão) – e cuja certeza se

¹¹ Mesmo sendo intuições regionais, os objetivos ficavam bem próximos do IHGB, pois cabia a esses institutos guardarem em seus arquivos as fontes históricas, construir uma história regional e que levasse a uma história nacional.

representa em um ‘Deus mortal’, o Rei.” (CERTEAU, 1982, p. 159). Por essa vertente, o Estado se consolidou como uma empresa ou negócio e precisava que a ordem social seguisse um caminho que não prejudicasse essa dinâmica. Assim, o poder estava relacionado com os conhecimentos produzidos dentro das academias que tentavam entender essa ordem social, mas é claro que essa compreensão se relacionava e levava ao poder central do Estado. No caso brasileiro, era preciso manter o poder dos grandes fazendeiros, consolidar um império (D. Pedro II) e construir uma homogeneização em uma população que era heterogênea (IHGB).

À medida que o Império chegava ao fim, as páginas das revistas do IHGB mostraram um fraco desempenho nas produções diretas relacionadas à historiografia, ficando alicerçada nas organizações e publicações de documentos. Já em 1890, após Proclamação da República, esses esforços foram retomados, iniciando uma nova fase na construção da concepção de nação no país.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse levantamento, ficou claro o caminho percorrido para criação da nação brasileira pelo IHGB, uma nação que se mostra sendo branca e elitista. Durante as primeiras cinco décadas da instituição, houve sempre um processo civilizatório, resultando na exclusão e silenciamento da população que não fazia parte dessa classe e raça.

Em 1889, pós abolição da escravatura no Brasil, o IHGB, fez uma publicação referente ao assunto, intitulada “A Extinção da Escravidão no Brasil”, em 1888. Esse texto abordou sobre o grande avanço que seria essa nova ordem social, considerando que agora poderia se fazer um estudo sobre a população como um todo no Brasil. Essa afirmação aparece no início do texto e, nas páginas seguintes, há uma grande homenagem ao Imperador D. Pedro II, porque foi ele o benfeitor de tal povo.

Nas páginas dessa publicação e na “Actas”, em 1889, o Imperador é tido como o benfeitor da nação, pela libertação dos ex-escravizados. Isso fica claro pela rápida menção à Princesa Isabel e tendo em vista que o foco da discussão esteve centrado na figura do Imperador. O Instituto mostrava mais uma vez a sua cor, nas raríssimas

aparções dos negros. É perceptível, portanto, o tom de escárnio com essa população e, mesmo após a libertação, tal fato histórico tomou outras proporções.

A identidade nacional do IHGB não mostra quem é o povo brasileiro, algo que estava em seus objetivos, não cria uma simbologia nacional. Cabe destacar que o analfabetismo, no Brasil, afastava a grande massa da população das publicações. Assim sendo, a identidade nacional construída pela instituição estava voltada para ela mesma.

O historiador Martin Adamec separa a concepção de identidade nacional e de nação, atribuindo à primeira o sentido de uma consciência coletiva, que levava as pessoas da nação a um sentimento de pertencer àquele lugar.

Nesse sentido, [identidade nacional] pressupõe laços emocionais, de solidariedade, que enquadram as relações sociais básicas do ser humano. Naturalmente, não é a única forma identitária de seus integrantes, mas supõe ser a mais abrangente e fundamental, atravessando divisões de classe, status, gênero. (ADAMEC, 2014, p. 19).

Esse sentimento de identidade nacional é diferente do nacionalismo. De acordo com o historiador, “o nacionalismo seria a ideologia que procura defender, garantir e propagar os interesses da própria nação dentro e fora da sociedade que a compõe” (ADAMEC, 2014, p. 19). Esse sentimento nacionalista pode ser visto nas guerras travadas durante o século XIX, porém com a escravidão ainda persistente até quase fim do século, as incertezas sobre os povos indígenas, ou seja, a falta de representação da população no Estado, deixa a ideologia do nacionalismo abalada.

De tal modo, o IHGB tentou formar uma identidade nacional, sendo nítido que não ocorreu uma homogeneidade, nem mesmo dentro das ideias construídas pelos próprios membros. Em um evento ocorrido em 2022, intitulado *A historiografia como fonte histórica*, organizado pela editora Vozes, uma fala do professor Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, chamou atenção. O professor narrou sobre a vitória do IHGB, e essa vitória se remete à nossa memória histórica (FERNANDES, 2022). Assim, quando pensamos e começamos a estudar a história do Brasil, é retido imediatamente em nossa memória a colonização portuguesa, estudamos e lembramos do início da nossa história, partindo de uma data, ou seja, 22 de abril de 1500.

Em suas construções sobre as histórias regionais do Brasil, o IHGB faz em torno de 3 publicações diretas sobre a Sabinada, revolta essa que aconteceu durante a fundação da instituição, a história do tempo presente ainda não estava bem definida

dentro do Instituto, o próprio conceito surgiu depois disso. Dentro dos Tomos analisados, é possível perceber um vasto campo de pesquisa, como dito no capítulo anterior. A presença de escritores da literatura deu um outro ar para a instituição, além das publicações de poemas e obras que remeteram à criação de um acervo histórico e artístico. A meta de tornar o Instituto um grande arquivo foi alcançado pelos fundadores.

Por fim, o IHGB se legitima como produtor da base da historiografia no Brasil, pois tem conseguido deixar a sua marca e ainda está na ativa. Porém, ao trazer como foco o Instituto como produtor de uma identidade nacional, se pensarmos a longo prazo, é possível afirmar sobre a sua influência desde o período de sua fundação. Esse resultado sinaliza a importância de se discutir sobre o sentimento nacionalista no período do Império, tendo em vista que as análises parecem estar mais voltadas para a República.

REFERÊNCIAS

- ADAMEC, Martin. **A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, 2014.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. **Nação e consciência nacional**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- ANDRADE, Iara. Algumas reflexões sobre o conceito de Identidade nacional. *In: XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro, 2010.
- ARMOND, Vítor Ribeiro Leivas Dias Ferreira. **Um Estado sem nação: o IHGB e a construção da identidade nacional brasileira no século XIX**. 2016. Monografia (Graduação em Ciências Políticas) – Universidade de Brasília. Brasília, 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARBATO, Luis Fernando Tosta. **Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, São Paulo, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. História e Historiografia: todas as interpretações possíveis. *In: BARROS, José D'Assunção (org.). A historiografia como fonte histórica*. Rio de Janeiro. Editoras Vozes, 2022. p. 15-77.
- CARVALHO, José Murilo. **A Cidadania no Brasil: o Longo Caminho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 15-45
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. Os estudos sobre os intelectuais brasileiros e os modelos franceses: constituição, problemas, abordagens, diálogos e historiografia. **História Unicap**, v. 5, n. 10, p. 326 – 339, jul./dez. 2018
- DANTAS. Mariana Albuquerque. Uma História do Outro: povos indígenas na historiografia brasileira. *In: BARROS, José D'Assunção (org.). A historiografia como fonte histórica*. Rio de Janeiro. Editoras Vozes, 2022. p.329-359

DECCA, Edgar Salvadori de. "Cidadão, mostre-me a identidade!". **Caderno Cedes**, Campinas, v. 22, n. 58, p. 7-20, 2002a.

DECCA, Edgar Salvadori de. Tal pai, qual filho? Narrativas Histórico-Literárias da Identidade nacional. **Proj. História**, São Paulo, p. 87-111, jun. 2002b

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil império**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. As muitas conquistas do México: como um mesmo conflito do século XVI foi narrado ao longo do tempo. *In: A historiografia como fonte histórica*, 2022, online.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem Do Discurso**: Aula inaugural no College de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GONÇALVES, Sérgio Campos. A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Caderno de resumos & Anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado, **EdUFOP**, Ouro Preto, 2010

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O periódico de uma sociedade savante: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). **Artcultura**: Revista de História, Cultura e Arte, v. 14, n. 25, p. 37-50, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

JANKE, Leandro Macedo Território, Nação e Soberania no Império do Brasil. *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, jul. 2011

KARVAT, Erivan Cassiano. A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um "programma" histórico. **Revista de História Regional**, p. 47- 70, 2005.

LIMA, Gizeli da Conceição. A construção do ideário de Brasil no século XIX: reflexões em torno das concepções de memória, civilização e identidade nacional. **Contraponto** – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, Teresina, v. 8, n. 2, jul./dez. 2019.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. **Terr@ Plural**, v 3, n. 2, p. 323-334, jul./dez. 2009.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MORIGI, Valdir Jose; ROCHA, Carla Pires Vieira da; SEMENSATTO, Simone. Memória, Representações Sociais e Cultura Imaterial. **Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, v. 9, n. 14, p.182-191, 2012.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Verediana Carolina da. O Surgimento do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e a Gênese da Ideia Nacional. *In: Anais do Congresso Internacional de História*, 5, 2011. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: ciência, intuições e questão racial no Brasil 1870-1930**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

FONTES

ACTA das sessões em 1884. **RIHGB**, TOMO XLVII, Rio de Janeiro, p. 553- 610, 1884.

ACTA das sessões em 1889. **RIHGB**, TOMO LII, Rio de Janeiro, p. 373- 545, 1889.

ADVERTÊNCIA. **RIHGB**, Tomo XXVII, Rio de Janeiro, p. 3. 1864.

A EXTINÇÃO da Escravidão no Brasil. O jubileu do Instituto Histórico. **RIHGB**, TOMO LII, Rio de Janeiro, p.15-26, 1889.

BARBOZA, Januário da Cunha. Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Tomo I, Rio de Janeiro, p. 9-17, 1839.

BREVE notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Tomo I, Rio de Janeiro, p. 5-8, 1839.

EXTRACTOS do Estatuto do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. **RIHGB**, Tomo I, Rio de Janeiro, p. 18-20, 1839.

ÍNDICE. **RIHGB**, Tomo I, Rio de Janeiro, p. 304-306, 1839.

_____. **RIHGB**, Tomo II, Rio de Janeiro, p. 644-647, 1840.

_____. **RIHGB**, Tomo III, Rio de Janeiro, p. 551-554, 1841.

_____. **RIHGB**, Tomo IV, Rio de Janeiro, p. 37-39, 1842.

- _____. **RIHGB**, Tomo VI, Rio de Janeiro, p. 48-52, 1844
- _____. **RIHGB**, Tomo VIII, Rio de Janeiro, p. 559-561, 1846.
- _____. **RIHGB**, Tomo XI, Rio de Janeiro, p. 552-554, 1848.
- _____. **RIHGB**, Tomo XII, Rio de Janeiro, p. 558- 560, 1849.
- _____. **RIHGB**, Tomo XV, Rio de Janeiro, p.607-608, 1852.
- _____. **RIHGB**, Tomo XIX, Rio de Janeiro, p. 177-179, 1856.
- _____. **RIHGB**, Tomo XXIII, Rio de Janeiro, p. 747-749, 1860.
- _____. **RIHGB**, Tomo XXV, Rio de Janeiro, p. 767-769,1862.
- _____. **RIHGB**, Tomo XXVI, p Rio de Janeiro,.985-987,1863.
- _____. **RIHGB**, Tomo XXXII, Rio de Janeiro, p. 367-369, 1869.
- _____. **RIHGB**, Tomo XXXIV, Rio de Janeiro, p. 451-453, 1871.
- _____. **RIHGB**, Tomo XXXVII, Rio de Janeiro, p. 523-529, 1874.
- _____. **RIHGB**, Tomo XXXIX, Rio de Janeiro, p. 566-567,1876
- _____. **RIHGB**, Tomo XL, Rio de Janeiro, p. 619-620, 1877.
- _____. **RIHGB**, Tomo XLI, Rio de Janeiro, p.533-535, 1878.
- _____. **RIHGB**, Tomo XLII, Rio de Janeiro, p.369-370,1879.
- _____. **RIHGB**, Tomo XLIV, Rio de Janeiro, p. 499-498, 1881.
- _____. **RIHGB**, Tomo XLV, Rio de Janeiro, p. 536-537, 1882.
- _____. **RIHGB**, Tomo LII, Rio de Janeiro, p. 573, 1889.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Disponível em: https://ihgb.org.br/index.php?option=com_comprofiler&view=userslist&Itemid=464&limitstart=150&searchmode=2&search=&cbsecuritym3=cbm_6ec30149_67a1632a_2c0c9e1ed60e8114edaf2eb37192888c&listid=19. Acesso em: 24 abr. 2022.

LEMBRANÇA do que devem remetter ao Instituto os sas. socios residentes nas provincias. **RIHGB**, TOMO XXXI, Rio de Janeiro, p. 479, 1868.

MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de. Como se deve escrever a história do Brasil. RIHGB ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. **RIHGB**, Tomo VI, Rio de Janeiro, p.381-403, 1844.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação ácerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do imperio do Brasil. **RIHGB**, Tomo XXVI, Rio de Janeiro, p. 121-144, 1863.

REBELLO, José Silvestre. Povoação do Brazil relativamente à origem e influênciã dos primeiros povoadores portuguezes nos costumes nacionais. **RIHGB**, Tomo XLV, Rio de Janeiro, p. 327-351, 1882.